

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DANIELLE SANTOS DORNELLES

"A começar hoje, a começar por nós":

O Ano Internacional da Mulher nas páginas da Folha de São Paulo (1975).

Florianópolis

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DANIELLE SANTOS DORNELLES

"A começar hoje, a começar por nós":

O Ano Internacional da Mulher nas páginas da Folha de São Paulo (1975).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de bacharela e licenciada em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Scheibe Wolff.

Florianópolis

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezeseite, às 09 horas e 00 minutos, no LEGH, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof^ª. Dr^ª: Cristina Scheibe Wolff (Orientador(a) e Presidente); Prof^ª. Dr^ª: Soraia Carolina de Mello (Titular); Prof^ª. Dr^ª: Joana Maria Pedro (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 13/HST/CFH/2017, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica Danielle Santos Dornelles, intitulado: **“A começar hoje, a começar por nós: o Ano Internacional da Mulher nas páginas da Folha de São Paulo (1975)”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof^ª. Dr^ª: Cristina Scheibe Wolff, nota 9,0, Prof^ª. Dr^ª: Soraia Carolina de Mello, nota 8,0, Prof^ª. Dr^ª: Joana Maria Pedro, nota _____, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 8,5. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 06 de julho de 2017. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 28 de junho de 2017

Prof^ª. Dr^ª: Cristina Scheibe Wolff (Orientador(a))

Prof^ª. Dr^ª: Soraia Carolina de Mello (Titular)

Prof^ª. Dr^ª: Joana Maria Pedro (Suplente)

Danielle Santos Dornelles (Acadêmica)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmica, Danielle Santos Domelles, matrícula n.º 13104605, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "A começar hoje, a começar por nós": O Ano Internacional da Mulher nas páginas da Folha de São Paulo (1975), com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 5 de Julho de 2017.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como "Cristina Scheibe Wolff".

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff - Orientadora

À Angela, Silvio e Jaqueline,

Minha família.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto dos caminhos que percorri durante estes anos de graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E tenho a absoluta certeza de que não seria possível trilha-los sem o irrestrito apoio das pessoas a seguir.

Aos meus pais Angela e Silvio e minha irmã Jaqueline, sou grata pelos inúmeros esforços mobilizados desde sempre para que fosse possível minha caminhada até aqui. Mãe, obrigada por não ter lido contos de fadas para mim, mas sim livros de história grega, romana e egípcia, por ter sido minha primeira professora de História e por ser meu exemplo de vida. Pai, obrigada por estar sempre presente e motivador quanto às situações adversas da vida, obrigada por ser nossa (minha, da mãe e da Jaque) sustentação quando ela nos falta. Jaque, obrigada por todo o carinho (que muitas vezes é maior do que eu esperava) e por sempre me acalmar nos momentos de maior angústia, que se multiplicaram durante estes anos, sendo uma boa irmã mais velha, sempre muito acolhedora.

Aos amigos que compartilharam comigo risos e alegrias, tristezas e indignações, ansiedades e piadas não só durante estes anos de minha formação, bem como desde a escola, agradeço àqueles que me ensinaram e aprenderam, cada um do seu jeito, a ter “consciência para ter coragem”: à Mia e Luiza, meu muito obrigada por serem amigas incríveis e dedicadas, por todo suporte e impulso nestes anos todos, por serem, cada uma à sua maneira, as companhias que eu espero manter por toda vida; À Ana Terra por ser parceira independentemente do tempo; Ao Cleyton, quase me faltam palavras para exprimir toda tua importância nesta trajetória. Obrigada por me ensinar História (há dez anos!) sempre incentivando a lucidez e o pensamento crítico, pela amizade e pela inspiração a seguir este caminho.

Agradeço com muito carinho ao meu amigo e companheiro Lauro. Obrigada por toda tua paciência, amor e incentivo durante estes anos de graduação, sendo sempre tão apaziguador e bonito comigo, principalmente nos momentos de crise (que não foram poucos). Espero compartilhar muitas outras felicidades ao teu lado.

Aos presentes que a UFSC me trouxe nestes quatro anos e meio, agradeço: Thais, amiga e companheira de entrevista e escrita de artigo, pelas inúmeras contribuições a este trabalho e principalmente à paciência, carinho e suporte que foram de fundamental importância para que esta escrita fosse possível, meu muito obrigada!

Ao Guilherme, Talita, Isabela Quint e Murilo agradeço pela companhia, pelos risos, “memes” infinitos, conversas sobre a conjuntura política atual, pelos papos sobre *Mad Men*, filmes e pelos inúmeros almoços completamente universitários, me sinto grata e feliz em ter conhecido vocês neste trajeto.

À Julia e Giovana, meu muito obrigada por todas as conversas infinitas sobre o universo e tudo mais, pela companhia e amizade, por todas as vezes que vocês me fizeram rir até doer a barriga e pelos mil e um sonhos sonhados. Sem vocês esses anos de graduação não seriam tão coloridos.

Este trabalho não seria possível sem a experiência e aprendizado que tive durante os anos que participei como bolsista de iniciação científica no LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História). Às colegas do LEGH, seja nas monitorias de eventos, nas reuniões ou até mesmo em conversas breves, me ensinaram e ajudaram durante estes anos: Josiely e Raísa, agradeço pelas inúmeras conversas e companhias tão agradáveis nestes anos participando do laboratório. Cada uma do seu jeito e no seu tempo foi importante para mim na caminhada da graduação.

À Mariane, agradeço pela companhia e paciência sempre presentes desde 2014, enquanto bolsistas PIBIC. Pelas leituras deste trabalho e contribuições tão preciosas, não tenho palavras para te agradecer, Mari! Muito obrigada por tudo!

À professora Cristina Scheibe Wolff por toda a paciência e tranquilidade durante estes anos de orientação e principalmente pelos ensinamentos primordiais durante os anos de iniciação científica e também nos encaminhamentos desta monografia: muito obrigada por tudo.

Agradeço à Soraia Carolina de Mello e Joana Maria Pedro pela disposição em participar da banca examinadora deste trabalho.

À Renata Palandri, pelo importante estímulo neste período de realização da monografia, suas contribuições foram preciosas para este momento, muito obrigada. Às que foram minhas professoras (e também aos professores) durante a graduação e cuja admiração e aprendizado foram enormes, muito obrigada.

Enfim, a todas aquelas e aqueles que fizeram parte deste momento, agradeço profundamente.

“Hoje sabemos que, das utopias e projetos revolucionários do século XX, o que lhes sobreviveu foi o projeto feminista. Certamente é por isso que podemos, hoje, questionar os marcos fundadores dessa revolução no Brasil. Afinal, uma nova correlação de forças está a exigir uma nova narrativa fundadora.”

Joana Maria Pedro

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma o ano de 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como “Ano Internacional da Mulher”, é noticiado pela Folha de São Paulo, jornal brasileiro de grande circulação. Até 1975, uma longa caminhada foi trilhada pelos movimentos de mulheres e movimentos feministas ao redor do mundo. O feminismo, que se constitui como movimento social e político nos séculos XIX e início do século XX, ressurgiu na década de 1960. O denominado feminismo de “segunda onda”, reivindicando questões ligadas ao direito do corpo, mostra-se forte exercendo pressão social para que instituições como a ONU crie espaços para estes debates. A data é também importante para o estudo da história das mulheres e dos feminismos brasileiros. As diversas formas que o ano de 1975 foi recebido pelas mulheres brasileiras no contexto de ditadura civil-militar (1964-1985), também são abordadas neste trabalho. A partir da contextualização histórica, é feita uma análise historiográfica deste veículo da grande imprensa. O recorte temporal feito são todas as edições publicadas pela Folha de São Paulo no ano de 1975. A metodologia de pesquisa foi constituída a partir do Acervo Online da Folha, preenchendo o campo de pesquisa com o referencial das palavras “Feminismo”, “Ano Internacional da Mulher” e “ONU”. A partir dos resultados do levantamento realizado foram analisados os dados oferecidos pela fonte, assim, trazendo algumas respostas para as perguntas inicialmente propostas.

Palavras-chave: Ano Internacional da Mulher; Feminismos; ONU; Mulheres; Folha de São Paulo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how the year 1975, declared by the United Nations (UN) as "International Women's Year", is reported by Folha de São Paulo, a Brazilian newspaper of great circulation. Until 1975, a long walk was traced by women's movements and feminist movements around the world. Feminism, which constituted itself as a social and political movement in the nineteenth and early twentieth centuries, reappeared in the 1960s. The so-called "second wave" feminism, claiming issues related to the power over its own body, shows itself to be exerting strong social pressure For institutions such as the UN to create spaces for these debates. The date is also important for the study of the history of Brazilian women and feminisms. The different forms that the year 1975 was received by the Brazilian women in the context of civil-military dictatorship (1964-1985), are also approached in this work. From the historical contextualization, a historiographical analysis of this vehicle of the great press is made. The time cut made are all editions published by Folha de São Paulo in the year 1975. The research methodology was constituted from the Online Collection of Folha, filling the field of research with the reference of the words "Feminism", "International Year Of Women "and" UN ". From the results of the survey, the data provided by the source were analyzed, thus bringing some answers to the initially proposed questions.

Keywords: International Women's Year; Feminisms; UN; Women; Folha de São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “O Ano Internacional da Mulher contra a Discriminação do Sexo”: capa da Folha Feminina do dia 5 de janeiro de 1975.....	43
Figura 2: Relato da jornalista enviada da Folha sobre os discursos e primeiras reivindicações do AIM, 22 de junho de 1975.....	46
Figura 3: Palhaçada ou 1º passo.....	50
Figura 4: Capa da seção Nova Mulher do caderno Ilustrada, do Dia Mundial do Trabalho, quinta-feira, 1º de maio de 1975.....	52
Figura 5: “O grande e desprezado valor do trabalho da dona-de-casa”: capa da Folha Feminina do dia 2 de fevereiro de 1975.....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 – FEMINISMO E O ANO INTERNACIONAL DA MULHER.....	18
1.1 A Primeira Conferência Mundial sobre a Mulher.....	21
1.2 O feminismo Brasileiro e o ano de 1975.....	25
2 - COMO O ANO INTERNACIONAL DA MULHER FOI NOTICIADO?.....	30
2.1 Folha de São Paulo, “Um Jornal a Serviço do Brasil”?.....	30
2.2 A pesquisa e o Acervo Online da Folha de São Paulo.....	35
2.3 Analisando as fontes.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
FONTES.....	64

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher, foi noticiado na Folha de São Paulo. No Brasil o Ano Internacional da Mulher não passou despercebido. Apesar do contexto de ditadura civil-militar, abriu-se espaço na mídia para debates acerca de novos problemas sociais, com relação aos direitos das mulheres e aos problemas e preconceitos enfrentados por elas na sociedade.

Na mídia brasileira, os debates foram estabelecidos de maneira irregular, alguns mais “avançados” e outros contraditórios. A própria fonte que será analisada, a Folha de São Paulo, trata de questões pertinentes às mulheres, em seu conteúdo voltado para as mesmas no o caderno “Folha Feminina” aos domingos e durante a semana na seção “Nova Mulher” dentro do caderno Ilustrada. Na edição que inicia o ano de 1975 na Folha Feminina, o primeiro tema que figura a capa é “O ano Internacional da Mulher contra a discriminação do sexo”. Esta edição fomenta questões e críticas a respeito do tema e dos problemas enfrentados pelas mulheres. Ainda noutras edições do caderno, algumas matérias debatem questões como o aborto e o uso de pílulas. O desnível é aparente quando nos dados obtidos pelo levantamento das mesmas fontes citadas anteriormente, os temas que mais aparecem são sobre moda e receitas culinárias. Este ano é peculiar para o caderno Folha Feminina, uma vez que suas edições que antes eram publicadas todos os domingos, são reduzidas até serem suspensas em maio, retornando somente no mês dezembro.

Este trabalho é fruto de interesses que cultivo há alguns anos: feminismo, jornalismo e os anos pós-1968. Acredito que contar sobre as motivações deste trabalho é de certa maneira, expandir um pouco do que sinto. Sempre me fascinou a orbe que perpassa os anos entre 1960 - 1970 e as efervescências culturais que estabeleceram rupturas profundas na sociedade ocidental que conhecemos hoje. Entretanto, o fascínio e a metodologia de trabalho estão há alguns passos de distância.

Os estudos sobre a história das mulheres e o feminismo me interessaram desde o início da graduação e me levaram à longa fila feita no corredor do departamento para a entrevista sobre a vaga de bolsista PIBIC no Laboratório de Estudos de Gênero e História, lá na terceira fase, em 2014. Desde então, trabalhei como orientanda da professora Cristina Scheibe Wolff no projeto “Um pedaço de mi alma: gênero e sentimentos na retórica da resistência às ditaduras militares no Cone Sul” e pude além de aprender sobre os estudos de gênero, reforçar meu interesse no período das ditaduras.

A partir deste contato com o LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História), usufruí da proximidade com diversas pesquisas, sobre os mais diferentes temas. As que mais chamaram minha atenção foram as sobre os feminismos de segunda onda. Assim, encontrando um foco, fui atrás de fontes. Durante a disciplina de Projeto de Pesquisa Histórica, encontrei o acervo online da Folha de São Paulo e me encantei. Para além do encantamento, as pesquisas que fiz inicialmente datavam entre os anos de 1968 até 1975, um período enorme, e fui direto ao encontro da Folha Feminina, com a ideia de trabalhar este caderno especificamente. Encontrei diversas manchetes, matérias e propagandas que me interessaram profundamente, no entanto, ainda faltava foco. Foram nas reuniões de orientação com a professora Cristina Scheibe Wolff em que as resoluções foram decididas e o trabalho tomou forma, um período exato para estudar e uma problemática: como foi noticiado o Ano Internacional da Mulher nas edições de 1975 da Folha de São Paulo?

Este trabalho se faz importante pela novidade na escolha da Folha de São Paulo e especificamente as seções Folha Feminina e Nova Mulher, responsáveis pelo conteúdo voltado às mulheres nos jornal, como fonte para analisar o Ano Internacional da Mulher. A historiadora francesa Michele Perrot em *“Minha História das Mulheres”* ao iniciar o tópico do livro a respeito da imprensa e das mulheres, faz a seguinte afirmação:

Além dos livros, há os jornais e as revistas - dos quais as mulheres são leitoras e produtoras. Elas pouco lêem os jornais diários cujo conteúdo político se destina mais aos homens. Mas apoderam-se das colunas dos folhetins. (PERROT, 2007, p.33).

A citação, ainda que integre o contexto da autora em pensar a sociedade francesa, cabe muito bem para este trabalho no contexto brasileiro. Como será revelado no segundo capítulo desta pesquisa, o levantamento de fontes realizado nos indica que as colunas e os folhetins da Folha de São Paulo são os espaços reservados para o que se assume enquanto parte do “universo feminino”. Analisar o que é veiculado, quem escreve e para quem, nestes cadernos, será de fundamental importância para a escrita desta história.

A data aqui trabalhada, que é emblemática para os estudos do Feminismo no Brasil, carrega diversas narrativas e controvérsias sobre ser ou não ser um “marco fundador” do feminismo no Brasil, possuindo grande variedade bibliográfica e discussões a respeito. Estas discussões estarão presentes no primeiro capítulo deste trabalho. Sobre a importância do ano de 1975 para os estudos sobre Feminismo no Brasil, Joana Maria Pedro ressalta:

Tem sido constantemente referenciada a importância do Ano Internacional da Mulher e do apoio da ONU para o Brasil. Vivendo,

desde 1964, em plena ditadura militar, durante a qual qualquer reunião, especialmente de grupos constantemente vigiados, era um risco muito grande, a Década da Mulher e o Ano da Mulher proporcionaram o lançamento de vários eventos de questões relativas à Mulher. Convém destacar, antes de mais nada, que a iniciativa da ONU foi a repercussão do que estava acontecendo desde os anos 1960 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, nos quais as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades, para reivindicar direitos; dentre estes, o de livre disposição do corpo. (PEDRO, Joana M., 2011, p. 56 apud CRESCÊNCIO, Cíntia L., 2012, p. 40-41).

A discussão teórica deste trabalho é situada na vertente de História Cultural, que alternou as práticas historiográficas nas décadas finais do século XX, alargando o campo de preocupação das historiadoras e fazendo mais visíveis questões do aspecto cotidiano, como a história das mulheres (DE LUCA, Tânia R. 2005, p. 112-113).

Assim como as questões referentes aos estudos da história das mulheres, o trabalho com os periódicos e jornais também é fruto deste alargamento das práticas historiográficas. Para o uso destas fontes, me utilizo do texto de Tânia Regina de Luca presente no livro “Fontes Históricas” (2005) que traz reflexões acerca de como se constituiu o uso de periódicos para a pesquisa histórica ao longo do tempo. Neste mesmo capítulo, a autora oferece caminhos para que o trabalho com os jornais seja produtivo, através de sugestões práticas. A identificação do grupo responsável pela edição, para quem foi escrito, qual a organização interna do conteúdo e o estabelecimento de um foco de análise a partir da problemática escolhida, seriam alguns exemplos das sugestões da autora para o uso dos jornais como fonte.

A história das mulheres é tão cara para a elaboração deste trabalho quanto o entedimento do feminismo como movimento social e político. Atravessando algumas “ondas”, a chamada “primeira onda” do feminismo ocorre entre o final do século XIX e início do século XX e tem como principal iniciativa a reivindicação de mulheres por seus direitos políticos, sociais e econômicos. Como, por exemplo, o direito ao voto, ao trabalho remunerado, ao estudo, à propriedade e herança. (PEDRO, Joana M., 2005, p. 79) A “segunda onda”, por sua vez, tem seu grande impulso nas décadas de sessenta e setenta. No entanto, uma das obras mais discutidas entre as mulheres envolvidas nas movimentações deste período, foi publicada na França em 1949. Em “O Segundo Sexo”, a filósofa Simone de Beauvoir, analisa a “condição da mulher” na sociedade e entende que as condutas que são atribuídas ao sexo feminino desde o nascimento não passam de construções sociais produzidas pelos tempos, onde as mulheres, em relação aos homens, são vistas como inferiores. (BORGES, 2007, P. 29). Ainda sobre o

feminismo de segunda onda como movimento social e político, a historiadora norte-americana conhecida pelos seus estudos na área de gênero e feminismos, Joan Scott aponta:

Nos Estados Unidos, o feminismo ressurgiu nos anos 60, estimulado em parte pelo movimento dos Direitos Civis e pelas políticas do governo destinadas a estabelecer o potencial feminino, para ir ao encontro da expansão econômica através da sociedade incluindo as profissões e a academia. Moldou seu apelo e sua autojustificativa nos termos da retórica prevalecente de igualdade. No processo, o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e suas vidas (SCOTT, 1992, p. 67-68).

O método de análise, além de passar pela discussão sobre as mulheres nos periódicos, também consiste na análise de onde a fonte histórica se encontra veiculada e suas relações diretas com o contexto histórico, principalmente, sobre como o Ano Internacional da Mulher é reverberado nas páginas da Folha de São Paulo em 1975. Os jornais e periódicos atravessam a história e tornam-se fontes importantes para a análise do passado. Compreender o histórico do jornal e o contexto histórico brasileiro é fundamental para compreensão da fonte.

A Folha de São Paulo surgiu em janeiro de 1960 como o resultado da fusão de três jornais (Folhas da Manhã, da Tarde e da Noite) em um, em uma época de rápidas transformações na sociedade brasileira e nos meios de comunicação, com a expansão das redes de televisão. [...]. Com o avançar da década de 1960 se consolidou como o periódico de grande circulação [...]. Como todos os grandes jornais da época apoiou o golpe militar de 1964, adotando nos anos de maior repressão (garantidos pelo Ato Institucional nº 5, editado em dezembro de 1968 e a Lei Segurança Nacional em vigor desde 1967) uma linha editorial evasiva e dócil. [...] Quando a contar de 1974, os militares decidiram que era chegado o momento para o início de uma distensão política [...]. Desde então o jornal mudou sua linha editorial, conciliando um tom mais independente, dito apartidário, com um declarado discurso liberal e burguês. Ao mesmo tempo abriu espaço para os apoiadores e as lideranças da sociedade civil que criticavam o regime, passando a denunciar violações dos direitos humanos. (GOMES, 2014, p. 57-58).

Até hoje, a Folha de São Paulo é um dos jornais de maior circulação no país e possui integralmente todo seu acervo desde 1921 disponíveis online. O uso do portal do Acervo da Folha de São Paulo é foi imprescindível para a metodologia do trabalho. Nele, foi possível pesquisar edição por edição através dos dias, meses, anos, palavras-chave e cadernos. Esta pesquisa é focada no uso de palavras-chave: mulheres, feminismo, ano internacional da mulher, em todas as edições do ano de 1975.

O presente trabalho será apresentado em dois capítulos. No primeiro, é feita uma contextualização sobre as motivações da ONU em declarar 1975 como o Ano Internacional da Mulher, com a elaboração de um panorama histórico a respeito dos feminismos como movimentos sociais e políticos, principalmente os denominados de “segunda onda” entre as décadas de 1960 e 1970, internacionalmente e no Brasil.

O segundo capítulo é o espaço em que a análise de como o Ano Internacional da Mulher foi noticiado pela Folha de São Paulo será apresentada. Trazendo questões a respeito do veículo que será analisado, tal como sua linha editorial e as diversas mudanças no contexto histórico: o que era proposto? Por quem? E para quem? Este capítulo, também conta com os levantamentos feitos no acervo online da Folha de São Paulo e a análise propriamente dita destes dados.

1 – O FEMINISMO E O ANO INTERNACIONAL DA MULHER

Em linhas gerais, o movimento feminista enquanto luta social e política, acontece marcadamente entre o final do século XIX e início do século XX¹, destacando-se a reivindicação pelos direitos políticos tal como o de igualdade de voto, com o movimento sufragista, por exemplo. Período este chamado de “primeira onda” do feminismo, interrompido pela eclosão das grandes guerras, que exerceram forte interferência sobre os debates feministas ocidentais deixando-os, de certa forma, em suspenso. Terminados os conflitos, a sociedade ocidental procura reestabelecer sua “ordem”. Não obstante, ocorrem mudanças dramáticas demais para que fosse possível um retorno aos antigos moldes.

Os anos 1960 foram marcados internacionalmente por uma intensa onda contestadora. Foram os movimentos pacifistas contrários à guerra do Vietnã, as lutas antirracistas e a rebelião ao “*American way of life*” nos Estados Unidos. O movimento estudantil que varria vários países da Europa questionando as velhas estruturas autoritárias do sistema educacional, a desilusão pós socialismo e a crítica ao stalinismo, o movimento *hippie* etc. É dentro desse contexto que ressurge o movimento feminista internacional. Ressurge no sentido de renascer após algumas décadas de desmobilização depois da conquista do direito de voto e de um conjunto de direitos civis na maioria dos países chamados ocidentais. Ressurge a partir da consciência de que a mudança pura e simples das leis não é suficiente para mudar as estruturas ideológicas pautadas em bases patriarcais (COSTA, 2010, p. 175).

Como resultado do panorama histórico apresentado anteriormente, onde mulheres de diferentes partes do mundo alcançam o direito ao voto por meio das inúmeras reivindicações, por exemplo, reacendem a luta das mulheres, dando início nos anos 1960 ao chamado feminismo de “segunda onda”². Ressurgindo após os conflitos da Segunda Guerra Mundial, tem como prioridade a reivindicação pelo direito ao próprio corpo, ao prazer e contra o patriarcado. A bandeira “o privado é político” é levantada neste momento. (PEDRO, Joana M., 2005, p. 79). Com estas palavras de ordem, o feminismo transforma em caráter político a opressão sentida pelas mulheres

¹ É preciso destacar que diversos países não vivenciaram estas lutas ao mesmo tempo. Enquanto o direito ao voto foi conquistado na Inglaterra em 1918, durante a “Primeira Onda”, por exemplo, no Paraguai este direito só foi conquistado em 1961. (PEDRO, 2008.)

² Ainda sobre a noção de “ondas” dentro dos estudos sobre história das mulheres, é importante o entendimento das narrativas possíveis e também às críticas a este modelo. Clare Hemmings no artigo “Contando Estórias Feministas” crítica o uso destes padrões de narrativa partindo do ponto que “a teoria feminista ocidental conta sua própria história como uma narrativa em desenvolvimento, onde nos movemos de uma preocupação com unidade e semelhança, passando pela identidade e diversidade, em direção à diferença e à fragmentação”. (2009, p. 215)

não somente individual e isoladamente no âmbito doméstico como também em seus trabalhos e universidades, tornando-se então tópico pertinente ao cotidiano das mulheres, assumindo as raízes sociais do problema e demandando soluções coletivas. Ao levar novas questões para o âmbito público, os movimentos feministas de segunda onda, também criam diferentes práticas, condutas e conceitos. “É um movimento social que não apenas renasce, mas também cria estratégias de luta [...] a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva.” (COSTA, Ana Alice A., 2010, p. 175-176).

Na França “O segundo Sexo”, publicado pela filósofa Simone de Beauvoir no ano de 1949, exerce grande influência nos movimentos feministas da França, assim como os de outras partes do mundo, nas décadas de 1960 e 1970. Autora da frase comumente reproduzida como *slogan* dos movimentos feministas “não se nasce mulher, torna-se mulher”, como lembra a historiadora Joana Borges (2007, p. 29), Simone de Beauvoir contribui com questões riquíssimas a respeito do significado de ser mulher na sociedade ocidental. Sua análise é profunda a respeito das posturas impostas às mulheres desde o nascimento, atacando a ideia dos determinismos biológicos, a autora vai além:

É portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (BEAUVOIR, 1970, p. 57).

A partir da década de 1960, os movimentos feministas e de mulheres ganham espaço nos Estados Unidos. Betty Friedan exerce liderança através de seu trabalho intitulado “A Mística feminina” publicado em 1963. A autora busca trazer questões como o “problema sem nome” enfrentado pelas donas de casa dos subúrbios norte-americanos que mesmo cumprindo seus “papeis” estabelecidos socialmente, sentiam-se angustiadas e inquietas em seus lares – ou redomas. Em seu livro, ela fomenta debates expressivos a respeito das amarras que aprisionavam estas mulheres, incluindo a própria autora que, em suas próprias palavras, da “imagem à qual nos procurávamos amoldar, imagem a que apelidei de mística feminina” (FRIEDAN, 1971, p.11).

Betty Friedan foi a primeira presidenta da organização NOW – *National Organization of Women*, criada em 1966. A organização impulsionou nos EUA inúmeras manifestações e promoveu diversos eventos para o combate ao sexismo, consumismo e a cultura de objetificação da mulher. (CRESCÊNCIO, Cintia L., 2012, p.43) Ainda sobre esta organização, a historiadora Joana Maria Pedro ressalta:

A NOW – criada, como já vimos, em 1966, nos Estados Unidos, foi formada, de acordo com Juliet Mitchell, por três direções distintas: 1) O descontentamento de mulheres de classe média – as quais descobriram que era impossível conseguir empregos profissionais ou subir na carreira profissional: por mais que se esforçassem valiam sempre menos que um homem. 2) A insatisfação das militantes brancas pela maneira como foram tratadas dentro do movimento pelos Direitos Civis e dentro do grupo Estudantes por uma Sociedade Democrática. Dentro destes movimentos, ocupavam apenas funções como de datilógrafas, preparavam o chá e eram consideradas como objetos sexuais. 3) A contracultura, a “política da experiência” e “essa sensibilidade política, algo totalmente novo, que produziu tantos grupos distintos em meados dos anos sessenta.” (MITCHELL, Juliet, 1977, p. 19-20 apud PEDRO, Joana M., 2008, p. 65-66).

Vale destacar, que nos EUA no ano de 1961 é criada uma Comissão sobre a Condição da Mulher por ordem da dirigente da Divisão de Mulheres do Departamento de Trabalho, no governo Kennedy. Os resultados do relatório da comissão apontaram, em 1963, para o fato de que empregos eram negados às mulheres norte-americanas. Tal relatório gerou impulsos para que fosse votada uma lei que proibisse a discriminação sexual da mesma maneira que proibisse a discriminação racial. (SCOTT, 1992, p. 68).

É em meio a todas estas movimentações, que com a recomendação da CSW³ e ECOSOC⁴, a ONU (Organização das Nações Unidas) declara através de sua Assembleia Geral em 1972, o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher”. A internacionalista Maria Fernandez de Moura Ferro aponta que:

³ “A Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) é uma instância da ONU (Organização das Nações Unidas) e foi criada pelo ECOSOC (Conselho Econômico e Social da ONU) em 1946 com as seguintes funções: preparar relatórios e recomendações ao ECOSOC sobre a promoção dos direitos das mulheres nas áreas política, econômica, civil, social e educacional. Além disso, a CSW formula recomendações ao ECOSOC sobre problemas de caráter urgente que requerem atenção imediata aos direitos das mulheres.” Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/a-csw-comissao-sobre-o-status-da-mulher>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

⁴ “O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) é o órgão coordenador do trabalho econômico e social da ONU, das Agências Especializadas e das demais instituições integrantes do Sistema das Nações Unidas. O Conselho formula recomendações e inicia atividades relacionadas com o desenvolvimento, comércio internacional, industrialização, recursos naturais, direitos humanos, condição da mulher, população, ciência e tecnologia, prevenção do crime, bem-estar social e muitas outras questões econômicas e sociais.” Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/ecosoc/>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

O início da década de 60 foi palco de grandes mudanças no âmbito das Nações Unidas. O surgimento de diversas nações independentes, principalmente devido ao processo de descolonização, aumentou o número de Estados-membros da organização, que precisou ampliar o seu foco de modo que não negligenciasse questões vistas, até então, como exclusivas do chamado Terceiro Mundo. Decorrente dessas novas preocupações, a ONU redimensionou seus programas de assistência técnica para mulheres de países em desenvolvimento e adotou a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, em 1967. A Declaração possuía caráter apenas recomendatório, porém, foi de grande importância para o avanço do movimento internacional de afirmação dos direitos das mulheres (GUARNIERI, Tathiana H., 2010, apud FERRO, Maria F. M., 2016, p. 35 - 36).

Além dos pontos apresentados anteriormente, outras questões foram importantes à ONU para a declaração do Ano Internacional da Mulher. Como por exemplo, a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres de 1967, que surge na preocupação de que “apesar dos progressos realizados em matéria de igualdade de direitos, continua existindo considerável discriminação contra a mulher”.⁵ (ONU, 1967). Após compreendermos as várias mobilizações que dão o contexto de como este ano foi empreendido, podemos dar sequência aos seus desdobramentos.

1.1 A Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres

Entre os dias 19 de junho e 2 de julho de 1975, na cidade do México, acontece a “Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres”. Delegações de 133 países participaram deste evento, tendo a presença de cerca de 2000 delegadas (os), sendo que 73% eram mulheres (FONTÃO, Maria A. B., 2011, p. 12). Paralelamente ao evento, acontecia a chamada “Tribuna do Ano Internacional da Mulher”, onde cerca de 6.000 representantes de ONGs estiveram presentes. A proposta deste espaço era reunir mulheres e homens de diversas localidades do mundo para que fossem trocadas experiências e informações sobre o cotidiano social e econômico das mulheres. A intenção na troca entre ONGs era a de favorecer a consciência coletiva internacional sobre as dificuldades das mulheres. (BOUTROS-GHALI, 1996, p. 34 apud GUARNIERI, Tathiana, 2010, p. 8). Com linguagem distinta das delegações governamentais, as feministas presentes na Tribuna geraram grande repercussão nos

⁵ Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecEliDiscMul.html>> Acesso em: 4 de jun. 2017.

meios de comunicação de massa com suas análises política-científica. (SAFFIOTTI, Heleieth, 1995, p. 198).

A Conferência Mundial Sobre as Mulheres é realizada no intuito de chamar a atenção da comunidade internacional para a discriminação contra as mulheres nas mais diversas regiões do mundo. Teve como objetivos: analisar a forma pelas quais foram implementadas as recomendações da Comissão contra a discriminação da mulher; desenvolver um plano de ação para o fortalecimento das mulheres no mundo; sugerir novas formas para o estímulo da participação feminina no desenvolvimento, em especial nas áreas rurais; e reconhecer o papel essencial da mulher para a paz mundial. Ao servir como ferramenta para a mobilização internacional de mulheres, o evento fortalece o relacionamento entre ONU e a sociedade civil através da presença de organizações não estatais. Foi então, a partir de 1975, que “igualdade, desenvolvimento e paz tornaram-se a base dos trabalhos da organização no tocante às mulheres.” (BOUTROS-GHALI, 1996, p. 33 - 34 apud GUARNIERI, Tathiana H., 2010, p. 7-8).

Segundo a internacionalista Tathiana Haddad Guarnieri (2010, p. 8-9), como resultado da Conferência surge o “Plano de Ação da Conferência”, conhecido formalmente como “Plano de Ação para a Implementação dos Objetivos do Ano Internacional das Mulheres” e apresentava-se como referência na prática para o avanço da condição das mulheres no decorrer da década que começava. Os objetivos gerais deste Plano de Ação consistiam em promover a igualdade entre mulheres e homens, viabilizando a contribuição e integração das mulheres no empreendimento do desenvolvimento e da paz mundial. Propostas de ação nacional e internacional foram incluídas nos objetivos para o “acesso igualitário das mulheres à educação, treinamento, emprego e participação política, além de melhoras nos serviços de saneamento básico, saúde, moradia, nutrição e planejamento familiar.” (2010, p. 9).

Ainda sobre os resultados da conferência, é proclamado pela ONU em Assembleia Geral o período de 1976 a 1985 como a “Década das Nações Unidas para as Mulheres”. Ao declarar uma década inteira com atenção às mulheres, fica clara a necessidade de compreensão a respeito da situação das mulheres ao redor do mundo. Assim, evidenciando as questões femininas e dando certo respaldo para a organização e legitimação dos movimentos de mulheres de forma internacional. (GUARNIERI, Tathiana H., 2010, p.9).

O Brasil, como uma das delegações presentes na Conferência da Cidade do México, envia à conferência uma comissão especial. Presidida pelo Embaixador Lauro Escorel, o grupo composto por delegados e delegadas, recebeu instruções prévias de qual deveria ser a posição do país. Importante destacar que a delegação contava com a presença de Bertha Lutz⁶, feminista brasileira. Lutz é enviada à Conferência com plenos poderes para representar e assinar acordos pelo país, o que é chamado de caráter “plenipotenciário”. (FONTÃO, Maria A. B., 2011, apud, FERRO, Maria F. M., 2016, p. 52- 53). Ainda sobre a presença de Bertha Lutz como parte da delegação brasileira, Maria F.M. Ferro destaca:

A presença de Bertha Lutz, assim como de outras delegadas que possuíam conhecimento sobre a causa das mulheres, foi imprescindível para que a delegação brasileira votasse nos assuntos referentes à mulher de forma a contemplar os interesses das mulheres brasileiras. Porém, segundo relatório oficial de Bertha Lutz (1975) sobre o evento, as discussões no âmbito da Conferência muitas vezes se limitaram às políticas dos Estados presentes e não a igualdade entre os sexos. (2016, p. 53).

Ao decorrer da primeira conferência, a posição tomada pela delegação brasileira se destaca pelo alinhamento com o G77⁷, grupo constituído por países em desenvolvimento atuantes pela promoção do desenvolvimento interno fazendo participações em fóruns internacionais. Com a massiva influência de tal grupo, as questões feministas são jogadas para escanteio em detrimento de debates a respeito das questões desenvolvimentistas. Debates estes que foram bem sucedidos nas últimas resoluções da conferência. (SILVA, Vivian, 2013, apud FERRO, Maria F. M. 2016, p. 53). Ainda de acordo com Maria Fernanda M. Ferro (2016, p. 53), mesmo o Brasil tendo pouco destaque e poucas propostas na conferência, propõe em conjunto a outros países três resoluções que terminam por compor o “Plano de Ação final da Conferência”, que ao todo possuía 35 resoluções.

⁶ "Bertha Lutz, bióloga, feminista, mulher de espírito combativo, se tornou, na década de 20, a maior liderança no Brasil nas reivindicações pela cidadania plena das mulheres e pelo direito ao voto. Participou da fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922, influenciada pela sua participação na Conferência Pan-Americana das Mulheres, realizada nos Estados Unidos [...]. Em 1936 assumiu um mandato como deputada federal. Ao longo da sua história, representou o Brasil em inúmeros eventos e integrou diversas instituições internacionais." (FONTÃO, Maria Angélica B., 2011, p. 5).

⁷ "O Grupo dos 77 (G-77) foi estabelecido em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento signatários da 'Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países em Desenvolvimento' emitidos no final da primeira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em Genebra." Disponível em: < <http://www.g77.org/doc/>> Acesso em: 5 jun. 2017.

Estas três proposições brasileiras que entraram para o Plano de Ação pelo Brasil foram: a Resolução 24, intitulada “Education and Training”⁸ reconhecendo o estigma socioeconômico e cultural atribuído às mulheres como obstáculo para a participação plena na sociedade, apresenta como grande passo para a mudança deste estigma, a eliminação da disparidade educacional entre homens e mulheres. Demandando aos governos políticas para que o direito das mulheres ao acesso à educação formal e não formal seja atendido, para que os materiais didáticos sejam livres de discriminação sexual e direcionadas para mudança de atitudes discriminatórias, para que a comunicação de massa seja voltada à expansão de oportunidades educacionais para mulheres, para que “reformas genuínas no ensino fundamental incluindo o letramento funcional, funções básicas, ciência e tecnologia e educação cívica que devem ser providenciadas a todos o mais rápido possível” entre outros itens. (ONU, 1976, p. 99-100).

A resolução 25, “Equality between men and Women and elimination of discrimination against Women”⁹, evoca a urgência nas mudanças de cunho socioeconômicas para que a completa integração da mulher na sociedade seja promovida, descrevendo “a discriminação contra a mulher como incompatível com a dignidade humana e os princípios de respeito pelos direitos humanos”. (SILVA, Vivian, 2013, p. 520). E por último, a resolução 27, “Measures for the integration of Women in development”¹⁰ reconhecendo a necessidade de um maior destaque para as mulheres na sociedade, recomendava a atenção dos governos para que as mulheres fossem integradas aos movimentos desenvolvimentistas e que estes “incorporassem mulheres no seu processo e que incorporassem programas que beneficiem as mulheres durante o desenvolvimento” (ONU, 1976, p. 103- 104 apud FERRO, Maria F. M., 2016, p. 54).

A partir das informações a respeito da “Primeira Conferência Mundial para Assuntos da Mulher” também conhecida como “Conferência do Ano Internacional da Mulher”, podemos entender brevemente os impactos do evento no contexto nacional e internacional. No próximo tópico, serão abordadas questões a respeito da recepção do ano de 1975 no Brasil e das movimentações feministas que antecedem ou acontecem em decorrência de tal data.

⁸ Em tradução livre “Educação e Formação”.

⁹ Em tradução livre “Igualdade entre homens e mulheres e eliminação da discriminação contra a mulher”.

¹⁰ Tradução livre “Medidas para a integração das mulheres no Desenvolvimento”.

1.2 O feminismo Brasileiro e o ano de 1975

Como pôde ser observada anteriormente, a construção do Ano Internacional da Mulher, tal como a realização da Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres na cidade do México, ocorrem por influência direta das movimentações feministas pelo mundo. Pelo fato de os anos entre 1976 e 1985 também terem sido declarados pela ONU, posteriormente ao evento, como “Década Internacional da Mulher”, os Planos de Ação e as discussões mostradas anteriormente, tiveram mais tempo e espaço para serem efetivadas. No território brasileiro seu impacto foi sentido.

Em meio ao contexto histórico de ditadura militar, o país passava pela transição entre os regimes de Emílio Garrastazu Médici para Ernesto Geisel em 1974, onde se inicia o período chamado de “distensão lenta, gradual e segura para a democracia”. Geisel começa “afrouxar” a profunda repressão política saturada por torturas, mortes e exílios. Esta questão será também analisada no segundo capítulo deste trabalho. Neste momento de distensão é que acontece o Ano Internacional da Mulher.

Para que se comece a entender como o Ano Internacional da Mulher inaugura este período da história brasileira, é preciso: 1- demarcar a qual público este evento afeta efetivamente, 2- por onde andava este público e 3- quais as narrativas deste público a respeito deste ano. Respondendo a primeira questão levantada – e consequentemente as outras duas - é possível afirmar que, apesar do evento ser voltado a toda sociedade civil de forma internacional, ele impulsiona a movimentação das mulheres principalmente. E então, pode-se ainda questionar: por onde andavam estas mulheres? Quais grupos formavam? Com eram estes grupos? E o que eles pensavam? Quais as diferentes narrativas destes grupos sobre o ano de 1975?

A primeira chave para as respostas das questões anteriores é o entendimento a respeito dos feminismos brasileiros. Segundo Cynthia Sarti (2004, p. 37), é possível afirmar que mesmo influenciado pelas ideias europeias e norte-americanas, o começo do feminismo brasileiro dos anos 1970 mostra-se diferente de seus “moldes”, uma vez que carrega consigo a contestação à ordem política que se estabelece no Brasil a partir do golpe militar. A exemplo da massiva participação dos grupos feministas nas organizações marxistas, na época clandestinas, dando uma roupagem própria ao feminismo daqui.

A partir da citação anterior, é antecipada a resposta para uma das questões que automaticamente entrariam no debate: quando começa o feminismo desta geração no Brasil? As respostas para esta questão, que começou a ser respondida no parágrafo anterior, atravessam inúmeras discussões. Existem duas grandes narrativas em conflito discutidas pela historiadora Joana Maria Pedro (2006): uma delas é a de que o feminismo brasileiro começa em 1975 e a outra, que corrobora o parágrafo anterior, é a de que o feminismo começa antes, por volta de 1972 e logo entenderemos o porquê.

A fim de entendermos as razões para cada “hipótese” narrativa, pretendo entender aqui as motivações para que 1975 fosse visto muitas vezes como o mito fundador do feminismo no Brasil (CRESCÊNCIO, Cintia L.; PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina, 2016). Ao afirmar esta frase, trazendo de volta questões anteriormente debatidas neste tópico e as aprofundando, dado o contexto histórico vivido no Brasil desde 1964, o fato da ONU declarar um ano - e posteriormente uma década - inteiro dedicado a debates sobre os problemas enfrentados pelas mulheres no mundo, abre espaço para a mobilização pública. Levando em conta o fato de que reuniões entre grupos eram proibidas e perigosas, ter uma instituição como a ONU criando espaços para estes debates, era de fundamental importância para as feministas brasileiras. (PEDRO, Joana M., 2006, p. 251). Ainda sobre esta questão,

Anette Goldberg destaca que no encalço da decisão da ONU Therezinha Zerbini fundou o Movimento Feminino pela Anistia em São Paulo, irradiando iniciativas em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul, no Paraná e em Santa Catarina. No mesmo ano foi fundado o Centro da Mulher Brasileira - CMB, primeiro centro neofeminista do Brasil. Em São Paulo foi fundado o periódico Nós Mulheres e no Paraná o Brasil-Mulher. A partir da iniciativa dessas entidades uma série de eventos, conferências e ações foram desenvolvidas, muitas delas com financiamento e proteção da ONU. A Organização das Nações Unidas não instituiu o feminismo no Brasil, afinal, isso não se faz por decreto. Contudo, o patrocínio da ONU e a lenta distensão política permitiram a publicização das manifestações feministas. (CRESCÊNCIO, Cintia L., 2012, p. 49)

É possível afirmar que o fato da configuração de 1975 como marco inicial, muito se deve à necessidade de fincar raízes e identificar as origens de um passado. Ainda que o respaldo dado pela ONU tenha sido de grande notoriedade, esta narrativa de fundação acaba por ocultar a trajetória de diversas mulheres que anteriormente a este evento já se organizavam e encaravam o sexismo. “Lançar um olhar crítico para mito fundador de 1975 é, portanto, humanizar as histórias e as personagens por trás desse

marco.” (CRESCÊNCIO, Cintia L.; PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S., 2016, p. 56).

Mas, quem se encontra “por trás deste marco”? Para responder a esta pergunta me volto para as considerações de Céli Regina Pinto (2003, p. 49-50) sobre os primeiros grupos feministas no país. Centrando sua análise nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a autora afirma que a partir de 1972 já existiam grupos feministas inspirados pelos moldes europeu e norte-americano.

“[...] eram grupos de reflexão, informais, que reuniam mulheres que se conheciam anteriormente e tinham um caráter bastante privado. As mulheres uniam-se por amizade, afinidades intelectuais e até políticas; a entrada nestes grupos acontecia por meio de convites”. (2003, p. 49).

Em São Paulo é localizado o primeiro grupo, criado em 1972 durando até o ano de 1975. Criado por duas mulheres que haviam morado no hemisfério-Norte, o grupo era constituído por mulheres intelectuais de esquerda. (2003, p. 50). A socióloga Albertina Costa (1988, p. 66), importante referência para os debates acerca desta temática¹¹, ao entrevistar algumas participantes destes grupos de reflexão, faz algumas considerações a respeito destas formações, como o fato de o estabelecimento deste grupo fazer parte de um momento de vazio político, onde muitas eram as mudanças almejadas, mas pouca ou quase nenhuma movimentação pública poderia ser feita de forma segura. Desta maneira, apesar do caráter privado dos encontros as discussões feministas abordavam também o que era coletivo. Sobre a forma de atuação dos grupos de consciência, Maira Abreu destaca:

Os grupos de autoconsciência ou reflexão, conhecidos como consciousness-raising groups nos EUA, eram pequenos grupos que partiam das experiências pessoais e cotidianas das mulheres com o objetivo de forjar uma identidade comum. Tratava-se de um elemento fundamental no processo de politização do privado e na criação de uma identidade que superasse as experiências individuais. Assim, as vivências individuais poderiam ser percebidas como parte de uma condição social e histórica comum. (ABREU, Maira, 2013, p. 558).

De forma muito parecida como foi em São Paulo, é formado um grupo de consciência também neste mesmo ano de 1972 no Rio de Janeiro. Fundado por Branca Moreira Alves¹², recém-chegada da Universidade de Berkeley. O grupo é descrito como

¹¹ Em referência ao artigo “É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo 1970” publicado no ano de 1988, fruto de um projeto maior de sua pesquisa naquele momento.

¹² “Branca Moreira Alves, Historiadora pela Universidade da Califórnia, Berkeley, e fez mestrado em Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). [...] Foi promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de

“totalmente informal” e reunia mulheres de diferentes gerações para discutir literatura que tivesse relação com mulheres. Vai até 1973 e então alterna para o público mais jovem, assim, se voltando para a ideia de reuniões para reflexão. (PINTO, Céli R., 2003, p. 51).

De acordo com Céli Pinto (2003, p. 52), durante o período de ditadura militar, com ênfase nos anos após 1968, o número de partida de brasileiras que foram para o exílio foi grande. Em sua maioria eram militantes e companheiras de militantes de esquerda. Um grande número de exiladas se instala em Paris e no Chile, durante o princípio do governo de Allende. As mulheres, quando no exílio, entraram em contato com uma gama diversa de assuntos e entre eles, o ideário feminista. Para completar esta narrativa, é preciso falar dos grupos feministas das brasileiras exiladas, que, diga-se de passagem, não agradava aos homens exilados de esquerda, que partiam as acusam de “desmobilização” ou “falta de unidade” da luta do proletariado.

Danda Prado, feminista auto exilada, por volta do ano de 1971 funda o “Grupo Latino-Americano de Mulheres”, que reúne cerca de 200 mulheres para discutir as questões relacionadas à “condição feminina” e ter a chance de conhecer os principais textos feministas do período. Este grupo publica o periódico “Nosotras” até 1976. (CARDOSO, 2004, p.42).

Ainda no exílio, o “Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”, fundado em 1975 existindo até 1979, era composto por mulheres de diversos posicionamentos, mas na questão ideológica há a unidade em declarar uma postura de esquerda pela luta de classes e simultaneamente o estilo de grupos de consciência. (PINTO, Céli R., 2003, p. 54-55.) Ainda de acordo com a autora,

O círculo nasceu como espaço em que as mulheres se expressavam como mulheres. A importância que tomou nos anos subsequentes à sua fundação é reveladora do espaço que veio a preencher. O círculo tomou proporção bastante importante nas atividades dos exilados em Paris e, ao contrário dos pequenos grupos, sua proposta era a criação de espaços públicos de reflexão. E aqui está uma diferença fundamental entre essas feministas brasileiras no exílio e aquelas que tentavam se organizar no país. (PINTO, Céli R., 2003, p.55)

Como a autora ressalta anteriormente, a diferença entre os grupos que se organizavam no Brasil e no exílio, era principalmente no modo de ação. No exílio, a possibilidade de criar espaços públicos de discussão para as reflexões era ampla, diferentemente dos grupos feministas brasileiros, onde a possibilidade era principalmente de grupos menores de consciência.

A partir destas diferentes narrativas sobre os feminismos brasileiros, procurou-se responder as perguntas iniciais deste tópico, as contextualizando historicamente e estabelecendo conexões entre as mesmas. Nem sempre é possível responder às próprias perguntas de uma só maneira. Desta forma, o segundo capítulo procura, a partir desta contextualização analisar as fontes escolhidas do período e tentar responder à novas questões desenvolvidas.

2. COMO O ANO INTERNACIONAL DA MULHER FOI NOTICIADO?

Na primeira edição da FOLHA FEMININA de 1975, abrimos o caderno com um estudo sobre o Ano Internacional da Mulher, marcado para este ano. Em todas as edições da FF e da NOVAMULHER, a página diária de assuntos de mulher publicadas neste jornal, a equipe por elas responsáveis tentou incluir alguma coisa sobre o AIM, sobre a emancipação da mulher, sobre seu trabalho, sua vida familiar, suas perspectivas (ZIONI, 1975, p.50).

Na busca em responder a pergunta-problema deste capítulo, cito um trecho das fontes que proponho analisar: Folha de São Paulo, especificamente a seção permanente do caderno Ilustrada, Folha Feminina e Nova Mulher. A fonte citada no princípio do capítulo flutua propositalmente no intuito de tornar-se gatilho. O que posso afirmar sobre uma fonte sem nada saber sobre seu local de publicação? Quais as aparentes motivações? Para quem foi escrito? Quem escreveu? A quem pertence o meio? Quais as linhas editoriais seguidas? Ocorrem mudanças neste meio? Não somente será preciso explicitar daqui para frente as questões anteriores, como acrescentar maiores indagações ao que se refere ao trabalho da historiadora que escreve, qual deve ser o olhar sobre as publicações? O que deve ser compreendido enquanto critico uma fonte? É a partir e por meio destas questões¹³ que este capítulo se realiza: com o objetivo principal de analisar como o Ano Internacional da Mulher foi noticiado e quais outras discussões surgem a partir dele. Desta maneira, serão trabalhados alguns recortes da publicação respondem a estas perguntas.

2.1 Folha de São Paulo, “Um Jornal a Serviço do Brasil”?

Para aprofundar o conteúdo veiculado na Folha de São Paulo, é necessário, primeiramente, entender o próprio veículo e sua trajetória. Desde sua fundação em 1921 é possível afirmar, segundo os autores Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, que o jornal não possui um histórico linear, muito pelo contrário: as mudanças são diversas do ano de criação até 1981¹⁴ inclusive de proprietários e diretores da empresa, sendo mutável também sua linha editorial. O slogan que até os dias de hoje é utilizado “Um Jornal a Serviço do Brasil” está presente já nos primórdios da Folha, um dos diretores do periódico entre os anos de 1945 e 1962, Nabantino Ramos, o definia como “um jornal de classe média para a classe média” (CAPELATO; MOTA, 1980, p.

¹³ Contribuições riquíssimas presentes no trabalho desenvolvido por Tânia Regina de Luca no livro Fontes Históricas organizado por Carla Bassanezi Pinsky.

¹⁴ Período de estudo realizado pelos autores supracitados no livro “História da Folha de S. Paulo: 1921-1981”. Editora Impres, 1980.

7). Seria a FSP então um jornal a serviço de qual Brasil? Com as diversas alterações de linhas editoriais através do tempo, tanto o público alvo, quanto os interesses de publicação mudam.

Um dos aspectos mais marcantes da história da Folha de S. Paulo é o de que se trata de um jornal em constante reformulação. E isso em todos os aspectos, desde as mudanças sucessivas na direção da empresa até a linha editorial, os recursos tecnológicos, os tipográficos, os critérios jornalísticos e a feição de conjunto do jornal. A história da Folha é por isso muito mais a trajetória de muitas mudanças do que o desdobramento linear de uma identidade permanente, estável, resolvida (SEVCENKO, 2000, p. 9 apud: CABRAL, 2013, p.127).

Desde sua criação, várias mudanças acontecem dentro do jornal. Entre os anos de 1962 e 1967 ocorre a reorganização financeiro-administrativa, começando pela mudança de direção que passa de Nabantino Ramos à Octavio Frias de Oliveira e enfrenta toda a instabilidade política que o início dos anos sessenta representam para nosso país. Agindo sob a égide do “progresso”, sua linha editorial esteve focada no centrismo. A partir de 1968 até o ano de 1974 há a chamada “revolução” tecnológica que aprimora os parques gráficos da FSP, aumenta e dinamiza a distribuição. Após dezembro de 1968 com o AI-5¹⁵, junto com outras instituições que anteriormente apoiaram o golpe militar como foi o caso da OAB (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). A Folha de São Paulo passa a defender o Estado de Direito. É neste sentido em que nas décadas de 70 a postura da Folha incomoda o regime ditatorial por ser muito liberal. Pelos mesmos motivos a publicação combate a luta armada e não agrada os setores da extrema esquerda. (CAPELATO; MOTA, 1980.)

A Folha de São Paulo ousa em seus conteúdos e arrisca, por não saber exatamente quais as linhas editoriais possíveis para o momento, adotando editoriais diários mais polêmicos durante a transição dos regimes de Emílio Garrastazu Médici para Ernesto Geisel em 1974, onde se inicia o período de “distensão lenta e gradual”. Vale destacar que mesmo nesta transição da censura intensa para uma “distensão

¹⁵ “O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros.” Fonte: FGV – CPDOC: Fatos & Imagens: O AI-5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em 19/05/2017.

política” no ano de 1975 ocorre o assassinato do Jornalista Vladimir Herzog¹⁶ quando documentos oficiais foram forjados para simular seu suicídio. Na grande mídia a censura se desamarrava também de forma lenta e gradual. Alguns veículos trabalhavam com lista de assuntos proibidos ou a exemplo da Veja (na época revista de maior circulação no país), atuaram com censura prévia até 1976 (DANTAS, 2014, p. 70). O caso de Herzog não é noticiado, demorando alguns meses para o assunto vir a público através da grande mídia.

Um exemplo claro deste senso de mudanças editoriais e posicionamento mais polêmico da Folha, se mostra na matéria escrita por Alberto Dines de 28 de dezembro de 1975. Intitulada “Herzog, caso encerrado”, Dines reivindica o fato de que a Folha de São Paulo foi o único jornal a publicar artigo assinado na página de opinião colocando em dúvida a validade do inquérito e trazendo questões curiosas a respeito do funcionamento do DOI¹⁷, encerrando a matéria da seguinte maneira: “Assim, com a cumplicidade silenciosa da Imprensa brasileira, está consagrada a tese de que Vladimir Herzog praticou ‘suicídio voluntário por enforcamento’. Caso encerrado.” (DINES, 1975, p.6).

Ainda sobre esta mudança na linha editorial da Folha de São Paulo, conforme Capelato e Mota (1980, p. 214) o jornal retorna a falar em nome de uma “nova sociedade civil” de forma que atinge um prestígio que não possuía anteriormente, alcançando uma maior liberdade de voo e autonomia. É possível perceber esta retomada com a chamada “nova sociedade civil” tomando como exemplo uma nota presente no caderno principal da Folha. A tal nota, publicada no segundo dia do ano de 1975, traz a opinião da CNBB sobre os eventos mundiais promovidos pelo Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU.

Mensagem pastoral é divulgada pela CNBB: Sobre o Ano Internacional da Mulher d. Aloisio afirmou que “a posição da mulher ainda não corresponde à dignidade porque a humanidade não aceitou a mulher com toda a sua personalidade. A mulher na maioria dos casos – prosseguiu – ainda continua oprimida pelo homem. É bem verdade que nas cartas de São Paulo, está escrito que a mulher seja submissa

¹⁶ “Vladimir Herzog, o Vlado, foi assassinado no dia 25 de outubro de 1975, sábado, num antigo prédio da rua Tomás Carvalhal, no Bairro do Paraíso, em São Paulo, onde funcionava o Destacamento de Operações de Informações (DOI), departamento do Centro de Operações de Defesa Interna, (CODI), órgão subordinado à Segunda Divisão de Exército, parte da organização hierárquica do Comando Militar do Sudeste, sediado na capital paulista. Então diretor de jornalismo da TV Cultura e responsável pelo telejornal “Hora da Notícia”. Trecho retirado do site Instituto Vladimir Herzog”. Disponível em: <<http://vladimirherzog.org/biografia/>> Acesso em: 29 mai. 2017.

¹⁷ Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

ao marido. Mas essa submissão não deve traduzir-se como opressão. A cabeça oprime o corpo. Por isso vejo a libertação da mulher como decorrência de uma conversão do homem. Quando ela se libertar teremos alcançado, afinal, a maturidade do gênero humano” (FOLHA, 1975, p. 3).

Ao publicar a opinião da entidade católica sobre o assunto e evento que concerne à sociedade em seu primeiro caderno, fica clara a importância para o editorial da Folha de São Paulo em evocar instituições da sociedade civil.

Como foi possível observar na epígrafe deste capítulo, a seção editorial que trata dos “assuntos de mulher publicados neste jornal” assim colocados pela jornalista Cecília Zioni¹⁸, se compromete a publicar em todas as edições diárias e dominicais do ano de 1975 ao menos uma matéria que remeta ao evento e às questões tidas como pertinentes para o público feminino. A matéria, chamada de “Anote” é publicada no mês de abril, numa edição da Folha Feminina que tratava somente dos Direitos das Mulheres e do Ano Internacional da Mulher. Ainda tentando responder à questão-problema do capítulo, de como foi noticiado o emblemático 1975, este trecho da fonte citada anteriormente, “Anote”, nos dá uma ideia, pelo menos da visão deste editorial, do que foi noticiado.

[...] A esta etapa, já foram concluídos três dos eventos programados pela ONU, que patrocina o AIM¹⁹ [...]. Disto tudo, o que já repercutiu junto à opinião pública? Muito pouco e quase tudo foi veiculado na imprensa, na TV e no rádio pelo lado humorístico da coisa. Salvo raras honrosas exceções, o que se procurou mostrar do dia 8 de março, por exemplo, foram fatos curiosos, como o bar só de mulheres inaugurado em Londres. Das conferências, pouco se informou. No final do 1º trimestre deste AIM, portanto, é hora de saber alguns estudos que têm sido feitos, em nível internacional, sobre a mulher e começar a pensar sobre a participação do Brasil na Conferência Internacional, no México, em junho. Por isso, esta edição vai apresentar estudos da ONU sobre a mulher em suas principais frentes de luta: trabalho, educação, família, participação política, esperando poder juntar cada vez mais informações que formem uma consciência mais viva, mais forte para a mulher sobre seu valor. A começar hoje, a começar por nós. (ZIONI, 1975, p.50).

O trecho acima demonstra a preocupação de Cecília Zioni como editora da Folha Feminina, em criticar a pouca importância dada às conferências que serão realizadas e a forma como o assunto é tratado pela mídia em geral. Apontando para a necessidade de

¹⁸ Cecília Zioni, jornalista da Folha de São Paulo por 20 anos, iniciou sua carreira em 1969, se retirando no ano de 1989. Trabalhou como editora da Folhinha (onde consolidou carreira e é lembrada) trabalhou entre as seções de economia também. Na sua entrevista não menciona seu trabalho na Folha Feminina ou Nova Mulher. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folhinha/2013/06/1292955-ex-editora-convidou-paulo-leminski-e-outras-personalidade-para-escrever-na-folhinha.shtml>> Acesso em 20 mai. 2017.

¹⁹ Sigla para Ano Internacional da Mulher.

ampliar as discussões a respeito do que se decide em 1975, a jornalista acaba finalizando seu texto com uma frase de efeito que pode ser interpretada de forma dúbia “a começar hoje, a começar por nós”, mulheres? Ou Folha de São Paulo?

Ao realizar a revisão bibliográfica a respeito da fonte e do tema de pesquisa, pude notar que muito do que foi escrito sobre o Ano Internacional da Mulher (1975), como artigos, livros e debates, é relacionado ao campo das Relações Internacionais e possuem como foco a promoção do evento pela ONU e questões internas da organização; por vezes, relacionando-se também com a história. Na historiografia, de acordo com a pesquisa bibliográfica, o evento é normalmente abordado com o foco na recepção que teve pelas mulheres, pelas feministas, pela mídia, pelo contexto político e social e pelos debates acadêmicos²⁰. Ao buscar por trabalhos acadêmicos produzidos com fontes do Acervo da Folha de São Paulo, encontrei algumas pesquisas relevantes²¹ que me ajudaram com o histórico do jornal em si e com a sistematização e metodologia de trabalho²², mas nada relacionado ao tema específico que escolhi, que até este momento é único. A escolha da Folha de São Paulo como fonte para a elaboração deste trabalho se dá não somente pela novidade que representa, mas também por ser apontado por diferentes referências como o jornal mais lido do Brasil no período e também atualmente²³, sendo dos veículos de maior circulação da mídia brasileira. Em função do seu alcance, me interessa saber de que forma o Ano Internacional da Mulher - importantíssimo para os feminismos brasileiros - se constitui como notícia e quais são os outros conteúdos vinculados ao evento, para quem estes conteúdos se destinam e o que pronunciam.

²⁰ Monografia de: FERRO, Maria Fernandez de Moura et al. **Política Externa e Temas Sociais: Uma análise da trajetória da posição do Brasil nas Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher**. 2016.

Monografia de especialização: FONTÃO, Maria Angélica Breda. **As conferências da ONU e o movimento de mulheres: construção de uma agenda internacional**. 2012.

Artigo publicado: PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. *Revista Brasileira de História*, v. 26, p. 249-272, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a11v2652.pdf>> Acesso em 17/03/2017.

DE FAVERI, Marlene. **O ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart**. In: **II Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 2014.

²¹ GOMES, Maurício Pereira. **A força de uma palavra: homofobia nas páginas da Folha de São Paulo (1986-2011)**. 2014.

²² CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Veja o feminismo em páginas (re) viradas (1968- 1989)**. Florianópolis, 2012. 201 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

²³ “Folha é o jornal de maior circulação em 1963.” (CAPELATO; MOTA, 1980, p.191).

“Folha é o jornal mais lido do país em 2016.” Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840208-folha-e-o-jornal-mais-lido-do-pais-diz-pesquisa.shtml>>. Acesso em 13 abr. 2017.

2.2 A pesquisa e o Acervo Online da Folha de São Paulo

A análise de fontes foi realizada através do sistema de busca detalhada disponível no acervo online da Folha de São Paulo, que oferece mecanismos de pesquisa dentro dos jornais Folha de São Paulo, Folha da Manhã e Folha da Noite desde o ano de 1921. É possível buscar por período de tempo, de uma data até outra ou pela procura de uma data exata. Há a possibilidade de busca por assuntos específicos, tendo como opção a busca por palavras-chaves escolhidas pela pesquisadora. Os campos disponíveis no site para a pesquisa podem ser preenchidos com as alternativas: todas as palavras, com a frase exata, com pelo menos uma das palavras ou sem as palavras. Além do período de tempo e das palavras-chaves é possível escolher em quais os cadernos se deseja pesquisar. Minha pesquisa, especificamente, trabalha com o período temporal de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1975 e conta com a busca pelas palavras-chave “Feminismo”, “Ano Internacional da Mulher”, “Nações Unidas”, “ONU”, em todos os cadernos do jornal. No decorrer da pesquisa pude perceber que somente com a busca das palavras-chave “Ano Internacional da Mulher” e “Feminismo” as outras duas palavras, ONU e Nações Unidas, aparecem juntas no mesmo contexto, na maioria das vezes. Antes de entrar na análise do material encontrado, apresento alguns dados específicos sobre a pesquisa.

Ao preencher os campos de pesquisa com a palavra “feminismo”, encontrei pelo sistema de busca do Acervo Online da Folha, exatas 28 páginas escritas sobre o assunto. A tabela a seguir, ilustra os números obtidos no levantamento feito. Foi citada três vezes na Folha Feminina²⁴, onze vezes no caderno da Folha Ilustrada²⁵ especificamente na seção “Nova Mulher”²⁶, quatro vezes no caderno Vida Social, que algumas vezes levava o subtítulo “Feminina” oito vezes no primeiro caderno, aparecendo na maioria das vezes na categoria “Exterior”, uma vez na “Opinião”, noutras vezes integrava a Folha Ilustrada, mas o sistema de busca incorporou a pesquisa ao Primeiro Caderno. A palavra feminismo é encontrada apenas uma vez no Caderno de Esportes. A

²⁴ Caderno publicado aos domingos pela Folha de São Paulo desde 1960 sobre assuntos ligados ao “universo feminino”. Na edição do dia 7 de setembro de 1974, a Folha Feminina é descrita como o caderno dominical da seção Nova Mulher do caderno Ilustrada.

²⁵ Caderno de grande periodicidade - praticamente diário - que é encontrado no acervo a partir de 1960 e continua sendo veiculado nas edições da Folha até os dias atuais.

²⁶ Seção de normalmente de uma só página que integra o caderno Ilustrada, veiculado ao jornal com maior frequência. A página intitulada “Nova Mulher” possuía uma matéria central e pequenas matérias ao redor sobre temas categorizados como família, educação, notícias, emancipação, “psico” onde se refere à temas da psicologia e “gente” sobre personalidades. Os temas variavam de acordo com a edição, nem sempre atendendo as mesmas categorias descritas anteriormente. De acordo com o acervo online da FSP, é encontrada a partir do ano de 1974.

periodicidade da palavra entre os meses varia, no mês de junho (em que se inicia o AIM) conta com a presença da palavra em quatro edições; janeiro, setembro e outubro contam com a palavra em duas edições; março, maio e dezembro três edições; julho e agosto contam com apenas uma edição e os meses de fevereiro, abril e novembro não é mencionada a palavra feminismo em nenhuma edição.

TABELA 1 – LEVANTAMENTO PELA PALAVRA “FEMINISMO” NO ACERVO DA FOLHA DE SÃO PAULO NO ANO DE 1975.

MÊS	Nº DE OCORRÊNCIAS TOTAL	Nº DE OCORRÊNCIAS POR CADERNO
JANEIRO	2	Nova Mulher
FEVEREIRO	Nenhuma	Nenhuma
MARÇO	3	Nova Mulher
ABRIL	Nenhuma	Nenhuma
MAIO	3	Nova Mulher
JUNHO	4	Nova Mulher
JULHO	1	Vida Social
AGOSTO	1	Nova Mulher
SETEMBRO	2	1 Primeiro Caderno 1- Nova Mulher
OUTUBRO	2	Vida Social/Feminina
NOVEMBRO	Nenhuma	Nenhuma
DEZEMBRO	4	2- Folha Feminina 2- Nova Mulher

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Pela busca da frase “Ano Internacional da Mulher” são encontradas 185 páginas de ocorrência, mas neste sentido o sistema de busca falha em alguns momentos. São encontradas muitas vezes páginas que possuem somente as palavras “ano”, “internacional”, “da” e “mulher” separadamente. Novamente, a tabela, a seguir, ilustra o

levantamento feito. Quando verificados, o número de edições por mês e cadernos com a presença da frase “Ano Internacional da Mulher”²⁷ aparecem no mês de janeiro em 9 edições diferentes²⁸ sendo encontradas 2 vezes no Primeiro Caderno e também 2 na Folha Feminina e outras 5 vezes no caderno Ilustrada, seção Nova Mulher; em fevereiro aparece em 5 edições e todas elas no caderno Ilustrada/Nova Mulher; em março, 11 edições, aparecendo cinco vezes no Primeiro Caderno, uma na Folha Feminina e outras cinco no caderno Ilustrada/Nova Mulher; no mês de abril são 7 edições, encontrada quatro vezes no Primeiro Caderno, 2 na Folha Feminina, outras 2 no caderno Ilustrada/Nova Mulher e uma no caderno Local/Educação; maio conta com 8 edições, encontrada no Primeiro Caderno uma vez, outras 6 no caderno Ilustrada/Nova Mulher e uma no caderno Exterior; junho é o mês de maior incidência da frase Ano Internacional da Mulher em todas as edições da FSP do ano de 1975, é encontrada em 22 edições, 6 vezes no Primeiro Caderno, 16 no caderno Ilustrada/Nova Mulher e uma única vez no caderno de domingo; o mês de julho fica em segundo lugar com 18 edições, 10 vezes no Primeiro Caderno, 8 no caderno Ilustrada/Nova Mulher e uma única no caderno Vida Social; em agosto são 12 edições, oito vezes no Primeiro Caderno e uma única vez nos cadernos Ilustrada/Nova Mulher e Vida Social; o mês de setembro conta com a frase em 16 edições, 5 vezes no Primeiro Caderno, dez vezes no caderno Ilustrada/Nova Mulher e 3 no caderno Vida Social; em outubro aparece em 10 edições, 6 vezes no Primeiro Caderno e uma única vez nos cadernos Ilustrada/Nova Mulher e Vida Social; em novembro 11 edições, oito vezes no Primeiro Caderno, duas vezes no caderno Ilustrada/Nova Mulher e uma única no caderno Vida Social; no mês de dezembro que encerra o Ano Internacional da Mulher, a frase é vista em 16 edições, 9 vezes no Primeiro Caderno, 6 vezes no caderno Ilustrada/Nova Mulher e outras duas no caderno Vida Social.

²⁷ Vale destacar, que algumas vezes a palavra feminismo, a frase Ano Internacional da Mulher, ONU e Nações Unidas aparecem juntas, na mesma matéria e algumas delas estão nas duas listagens de dados, uma vez que as pesquisas foram feitas por palavras-chave e frase diferentes.

²⁸ A contagem foi feita pelas diferentes edições em que a frase foi encontrada, em alguns casos a frase aparecia mais de uma vez na mesma edição então não são consideradas. Diferentemente da contagem da incidência da frase nos cadernos em que eram publicados na edição, às vezes numa mesma edição é encontrada a frase e o assunto mais de uma vez.

TABELA 2 – LEVANTAMENTO PELA FRASE “ANO INTERNACIONAL DA MULHER” NO ACERVO DA FOLHA DE SÃO PAULO NO ANO DE 1975.

MÊS	Nº DE OCORRÊNCIAS TOTAL	Nº DE OCORRÊNCIAS POR CADERNO
JANEIRO	9	2 - Primeiro Caderno 2 - Folha Feminina 5 - Nova Mulher
FEVEREIRO	5	5 - Nova Mulher
MARÇO	11	5 - Primeiro Caderno 1 - Folha Feminina 5 - Nova Mulher
ABRIL	7	4 - Primeiro Caderno 2 - Folha Feminina 2 - Nova Mulher 1 - Local/Educação;
MAIO	8	1 - Primeiro Caderno 6 - Nova Mulher 1 - Exterior
JUNHO	22	6 - Primeiro Caderno 16 - Nova Mulher 1 - Caderno de Domingo
JULHO	18	10 - Primeiro Caderno 8 - Nova Mulher 1 - Vida Social
AGOSTO	12	8 - Primeiro Caderno 1 - Nova Mulher e Vida Social
SETEMBRO	16	5 - Primeiro Caderno 10 - Nova Mulher 3 - Vida Social
OUTUBRO	12	9 - Primeiro Caderno 2 - Nova Mulher 1 - Vida Social
NOVEMBRO	11	8 - Primeiro Caderno 2 - Nova Mulher 1 - Vida Social
DEZEMBRO	21	9 - Primeiro Caderno 6 - Nova Mulher 2 - Vida Social

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Ao procurar pela origem do caderno Folha Feminina no sistema de pesquisa do acervo online da FSP, são encontradas mais de três mil páginas desde o início do jornal, 1921, até o ano de 1975. É apenas em 13 de novembro de 1960 que o suplemento, publicado aos domingos, é encontrado em sua primeira edição com este nome. O jornal anteriormente veiculava o conteúdo voltado para o público feminino na seção “Mulher e Lar” ou “Vida Social”.

A primeira edição de 1960, conta com as seções de moda, horóscopo, correspondência, amor, beleza e diversões. Este caderno no ano de 1975 possui 17 edições. Nos três primeiros meses de 1975 foram publicados em cada mês 4 edições deste caderno reduzindo para 2 em abril e maio; no mês de dezembro é encontrada uma outra edição da Folha Feminina, sem muito destaque, inclusive no modo gráfico que costumava ser bastante chamativo. Nos anos anteriores eram publicados periodicamente aos domingos, mas neste ano é reduzida. A seção Nova Mulher do caderno Ilustrada seguiu sendo o caderno feminino do jornal durante os dias de semana, variando muito no número de páginas, algumas semanas apenas uma noutras até três. É possível notar que nos meses finais de 1975, algumas edições do caderno Ilustrada que veicula material para o público feminino com o nome “Vida Social/ Feminina”.

A partir destes levantamentos, é possível afirmar que mesmo a Folha de São Paulo mantendo algum tipo de ordem na estrutura de seções informativas do jornal como o Primeiro Caderno, Nacional e Internacional, Opinião, etc. as questões veiculadas às mulheres em especial eram constantemente deslocadas e variáveis dentro do caderno Ilustrada. A Folha Ilustrada, como é chamada hoje, em 1975 era onde se encontrava as novidades do entretenimento (cinema, teatro, música e televisão), assim como também se encontrava a coluna social “Vida Social” com “Tavares de Miranda” noticiando casamentos e eventos sociais da elite paulistana. Lá também se encontrava o horóscopo, a até hoje famosa e respeitada “Folhinha” para as crianças. E, finalmente, “Nova Mulher” nos dias de semana, “Folha Feminina” aos domingos e às vezes “Vida Social/ Feminina” sem dia marcado ou aviso de mudança, disputando espaço com as enormes propagandas de supermercado, lojas de eletrodomésticos, móveis, roupas, depilação definitiva, cinta térmica, oportunidade de revenda de cosméticos, entre outros.

2.3 Analisando as Fontes

Levando em consideração os aspectos detalhados anteriormente sobre as fontes e a procedência das mesmas, inicio a análise de fontes propriamente dita. Tal como os dados quantitativos analisados anteriormente, este será o momento de análise dos dados qualitativos, ou seja, quais foram os conteúdos encontrados nas pesquisas e em qual frequência.

Ao realizar o levantamento de temas nas páginas das 17 edições do ano de 1975 da Folha Feminina, os mencionados no maior número de vezes foram, em primeiro lugar, “Trabalho” nas variantes “Mulher e o trabalho” e “trabalho doméstico” em 13 edições, mencionado 10 vezes, seguido pelo tema “Moda” que aparece em 9 edições, mencionada 10 vezes, “Receitas” aparecem em 9 edições e “Artesanato” em 8. O tema “Ano Internacional da Mulher” aparece em 7 edições, sendo duas capas especiais do assunto e é mencionado 8 vezes, “Leis trabalhistas para mulheres” levam 3 edições, 1 capa sobre o assunto e é mencionada outras 4 vezes; “Feminismo” aparece em 3 edições e é mencionado 4 vezes com a variante “Movimento de Libertação de Mulheres” que aparece numa edição, mencionada uma vez. “Criança” aparece em 3 edições é mencionado 5 vezes, “Esporte” 4 edições, “Casamento e submissão” aparece em 3 edições, “Divórcio” somente numa edição e Submissão Feminina também. O tema “Aborto” aparece em duas edições, “Pílula” somente uma, “Arte” e “Educação” duas. E com duas matérias em edições diferentes, Margaret Thatcher é mencionada. Sendo alguns dos temas capa do caderno e também mencionadas mais de uma vez na mesma edição.

TABELA 3 – LEVANTAMENTO DE TEMAS NAS 17 EDIÇÕES DA FOLHA FEMININA NO ANO DE 1975.

TEMA	Número de Edições mencionado	Número de Menções**
Trabalho nas variantes “Mulher e o trabalho” e “trabalho doméstico”	13	10
Moda	9	10
Receitas Culinárias	9	9
Artesanato	8	8
Ano Internacional da Mulher	7 *	8
Esporte	4	4
Criança	3	5
Feminismo (com a variante “Movimento de Libertação de Mulheres”)	3	4
Aborto	2 *	2
Feminismo (com a variante “Movimento de Libertação de Mulheres”)	3	4
Esporte	4	4
Leis trabalhistas (para mulheres)	3 *	4
Casamento e Submissão	3	3
Arte	2	2
Educação	2	2
Margaret Thatcher	2	2
Submissão Feminina	1	1
Divórcio	1	1
Pílula	1	1

Fonte: Tabela Elaborada pela autora.

*Foi capa da edição da FF.

**Alguns temas foram mencionados mais de uma vez numa mesma edição.

Este levantamento de temas discutidos nas edições da Folha Feminina serve igualmente como indicador do que se trataram as publicações também na seção Nova Mulher, que seria a extensão da FF. Em proporções quantitativas, as aparições dos temas anteriormente explicitados são maiores devido ao número de edições. Dado o grande volume de conteúdos encontrados relevantes para a análise, recortes muito específicos foram feitos a partir dos levantamentos feitos.

Desde o início de 1975 são publicadas matérias divulgando o evento que viria a acontecer nos meses de junho e julho. A partir daqui, serão analisados aspectos de três edições da Folha de São Paulo que tratam do Ano Internacional da Mulher. O primeiro elemento a ser tratado aqui diz respeito à primeira edição da Folha Feminina de 1975, que possui tanto a capa quanto o conteúdo voltados para o evento; o segundo elemento é a abordagem de uma reportagem do mês de junho, escrita pela enviada especial do jornal para a conferência mundial na cidade do México, Ruth Toledo²⁹ e por último, outra reportagem do mês de dezembro, escrita por Cecília Zioni, que discute como foi o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher.

²⁹ Nenhuma informação foi encontrada sobre esta jornalista.

Intitulada “O Ano Internacional da Mulher contra a discriminação do sexo” a primeira edição da Folha Feminina traz ideias de como começa este ano de 1975, o que ele representa e quais as condições da ONU ao organizar o evento. Abaixo, transcrição do texto inserido na capa.

Depois de um 1974 cheio de acontecimentos em que a mulher foi colocada como centro da questão embora nem sempre no seu melhor aspecto – começa agora o Ano Internacional da Mulher. Mesmo que os primeiros presságios sejam desanimadores. Os presságios que anunciam a realização do Ano Internacional da Mulher, este 1975, positivamente não são de todo otimistas. Segundo Marie Pierre Herzog, diretora do Departamento de Direitos Humanos da UNESCO – organismo da ONU para educação, ciência e cultura – entidade convocada para participar de estudos que especifiquem o panorama da segregação feminina, ‘o Ano Internacional da Mulher começou com o pé esquerdo’. Os problemas começam a partir da pequena verba - 300 mil dólares – destinada pela Organização das Nações Unidas para patrocinar uma conferência internacional em Bogotá, na Colômbia, em data ainda não divulgada. Realmente, com uma verba tão diminuta – conferência de Budapeste recebeu 3 milhões de dólares para realizar o Ano Internacional da Demografia – o número de participantes da Conferência de Bogotá será sensivelmente pequeno e a possibilidade de se encomendar pesquisas que forneçam uma ideia geral da segregação feminina nos 132 países filiados à ONU torna-se remota. (FOLHA, 1975, p. 1).

Em tom de denúncia sobre o baixo financiamento do evento pela ONU em comparação ao “Ano Internacional da Demografia”, a matéria explicita que há certo descrédito da ONU para as pautas de 1975 quanto a questão de incentivo à realização de pesquisas relacionadas a temática. As críticas seguem em trecho da matéria principal da capa:

Para Marie Pierre a Organização das Nações Unidas reflete as ambiguidades por meio das quais a mulher é encarada em cada nação membro da mesma forma que certos governos preferem manter a maioria dos seus cidadãos nos mais profundos recônditos do analfabetismo, e com isso impedir o surgimento de um espírito crítico incômodo para certos regimes arbitrários, é possível que muitos países não queiram discutir a condição feminina para retardar o rompimento de uma estrutura social baseada na discriminação. (FOLHA, 1975, Pg. 1).

Nestes primeiros aspectos desta edição da Folha Feminina, podemos observar críticas a respeito da ONU, reportando críticas de membros da própria instituição, como Marie Pierre³⁰, que na época era diretora da Unidade de Direitos Humanos. Na crítica reportada, Pierre expõe o caráter ambíguo da ONU que, ao mesmo tempo em que

³⁰ “Marie-Pierre Herzog, francesa, integra o staff da UNESCO em Março de 1969 como Diretora da Divisão de Filosofia [...] foi Diretora da Unidade de Coordenação dos Direitos Humanos (1973-1975) e então, da Divisão da Paz e dos Direitos Humanos (1976)”. Disponível em <<https://atom.archives.unesco.org/herzog-marie-pierre>> Acesso em 01 jun. 2017.

propôs o espaço para o evento, não deu sustentações suficientes para que ocorresse. Ela ainda fez uma grande crítica ao fato de que talvez não fosse do interesse de alguns países com “regimes arbitrários” abrir mão de privilégios para que se acabe a discriminação. As escolhas feitas para esta primeira edição, foram de mostrar denúncias. A equipe de edição deste caderno, composta pelos mesmos jornalistas em praticamente todas edições, contava como editora principal a jornalista Cecília Zioni entre outros jornalistas na redação como Ana Maria B. Tahan, Helô Machado, Silvia Solon, Ivo Zanini e Vicente Alessi.

Durante o mês de Junho de 1975, data do evento na cidade do México, a Folha de São Paulo manda uma enviada especial para o evento. Numa matéria do dia 22 de junho de 1975 veiculada no caderno de domingo da Ilustrada, já não mais como Folha Feminina, mas sim Nova Mulher, Ruth Toledo com o título de “Os discursos e as primeiras reivindicações” conta como foi a conferência de abertura e dos contrastes entre os discursos dos países.

Figura 2: Relato da jornalista enviada da Folha sobre os discursos e primeiras reivindicações do AIM, 22 de junho de 1975.

Domingo, 22 de junho de 1975



ANO INTERNACIONAL DA MULHER 1975

Os discursos e as primeiras reivindicações

RUTH TOLEDO
(enviada especial)

CIDADE DO MÉXICO — "Em nenhum país do mundo, a mulher está representada na proporção exata de seu número no total da população."

Com estas palavras Helvi Sipila, secretária geral do Ano Internacional da Mulher, abriu o Congresso Mundial no ginásio Juan de la Barrera, na Cidade do México.

O discurso do presidente do México, Luis Echeverría, se baseou no tema de que "a verdadeira missão da mulher, como a do homem, consiste em lutar juntos contra toda forma de preconceitos e submissões."

Segundo declarações do Comitê Organizador, cerca de 18.000 mulheres estão atualmente na Cidade do México participando do congresso, incluindo as delegações oficiais, representantes de diferentes organizações, jornalistas e inúmeras mulheres de diferentes países que participam de um congresso paralelo, denominado "tribuna."

O quadro geral é de grande expectativa uma vez que 150 delegações devem participar dos trabalhos. No entanto, os temas são bastante conflitantes, pois se de um lado temos reivindicações dos países desenvolvidos sobre igualdade jurídica e política, regulamentação da lei do aborto e etc; de outro lado os representantes dos países em desenvolvimento pedem saneamento básico, escolas, alimentos e melhores oportunidades de trabalho. O discurso do próprio presidente do México foi explícito "de que lhes servirá (às mulheres) sair dessa Conferência com postulados, aspirações e promessas de igualdade jurídica e econômica se ainda têm que lutar por condições iguais de bens que são escassos, oportunidades educativas em territórios onde predomina o analfabetismo, e iguais condições de acesso ao trabalho onde existe o desemprego?"

No México, na América Latina e em outros países em vias de desenvolvimento, falar de igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres é falar de igualdade de responsabilidade na tarefa de vencer a fome, a ignorância e a insalubridade.

Paradoxalmente, no entanto, cerca de 100 operárias mexicanas fizeram manifestações em frente ao edifício do Congresso exigindo a participação da classe operária nos trabalhos. Além disso, as trabalhadoras do Metrô (625 mulheres) estão elaborando um manifesto exigindo leis trabalhistas para sua classe (o que não existe atualmente) e que pretendem apresentar na Tribuna.

A Tribuna do Ano Internacional da Mulher, que corre paralelamente ao congresso, reúne representantes de diversos países e discute problemas específicos ligados à mulher: mulheres através das culturas, lei e status da mulher, mão de obra e desenvolvimento no Terceiro Mundo, nutrição e saúde, educação, trabalho, família, paz e desarmamento.

As declarações de Glória Steinem, líder feminista americana, foram consideradas as mais agressivas. "O feminismo é o único caminho para o humanismo pois se pretende dar a todo indivíduo, seja homem ou mulher, livre arbítrio. Isto deve se estender a todas as vítimas da opressão. No entanto a mulher como tantas minorias, não tem nem seu próprio território de ação. Advoga a liberdade de reprodução e não o controle populacional. A mulher precisa mudar as imagens que lhe atribuem de só poder ser bem sucedida através da assessoria de um homem."

Betsy Rodrigues, líder da Associação Cristã Feminina da Colômbia defendeu a organização de um grupo de pressão para que se permita às mulheres, desempenharem funções auxiliares dentro da igreja e não somente cantar nas missas e recolher esmolas.

A esposa do presidente Sadat do Egito afirmou que além dos inúmeros problemas que a mulher egípcia tem que enfrentar, ainda existe a poligamia no seu país.

Margaret William — esposa do primeiro-ministro da Austrália afirma que o aborto já é aceito no seu país como direito próprio da mulher de escolher se quer ou não ter filhos.

Françoise Giraud — ministra francesa declarou que o único país onde a mulher conseguiu a igualdade com o homem é a Suécia, graças a sua forma de governo.

Fonte: TOLEDO, Ruth. O Ano Internacional da Mulher: Os discursos e as primeiras reivindicações. Folha de São Paulo. Cidade do México, p. 53-54. 22 jun. 1975. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/06/22/390//4402600>>. Acesso em: 10 maio 2017.

Resumidamente, a matéria noticia os pronunciamentos e posições tomadas por países latino-americanos e do continente europeu. É discutida a diferença entre os países, que enquanto alguns reivindicam questões de saúde como saneamento básico, outros já discutem as questões relacionadas ao direito ao aborto. A jornalista relata a manifestação de cerca de 100 operárias mexicanas que reivindicavam a presença da classe operária nas discussões, assim como as trabalhadoras do Metrô que estavam elaborando um manifesto para que fossem discutidas leis para as mulheres da categoria. A tribuna do AIM, que corre paralelamente ao congresso, reúne representantes de diversos países e discutem problemas específicos ligados à mulher, por exemplo: as mulheres através das culturas, mão de obra e desenvolvimento no Terceiro mundo, nutrição e saúde, educação, trabalho, família, paz e desarmamento. Ainda, a enviada especial relata as declarações de Gloria Steinem³¹, líder feminista, que foram consideradas pela jornalista as mais “agressivas”. A narrativa de Ruth Toledo sobre o discurso de Steinem é a de que a mesma afirma que o feminismo seria o único caminho para o humanismo, pois se pretendia dar a todo indivíduo, seja homem ou mulher, livre arbítrio e isto deveria se estender a todas as vítimas de opressão. Defendendo que:

A mulher como tantas minorias, não tem nem seu próprio território de ação. Advoga a liberdade de reprodução e não o controle populacional. A mulher precisa mudar as imagens que lhe atribuem de só poder ser bem sucedida através da assessoria de um homem. (TOLEDO, 1975)³²

Com o passar dos meses, as edições dos conteúdos voltados para o público feminino continuaram a relatar questões pertinentes às mulheres e sobre o evento. A correspondente especial, Ruth Toledo, enviada para a cidade do México no mês de junho, relata as contradições a respeito dos discursos dos países “desenvolvidos” e “não desenvolvidos”. Toledo tece uma narrativa a respeito do discurso de Glória Steinem, personalidade que também é mencionada na edição sobre o Ano Internacional da Mulher da revista Manchete.

Na revista Manchete, Glória Steinem é escolhida para figurar página junto a outras personalidades que sem dúvidas não foram escolhidas de forma aleatória “dado que representavam tanto reações ao modo como o sexismo discriminava as mulheres, quanto o empoderamento na cena pública, demonstrando a inserção na política”.

³¹ Citação sobre Gloria Steinem Disponível em <<https://www.biography.com/people/gloria-steinem-9493491>> Acesso em 01/06/1975.

³² 22/06/1975, domingo, Ano LV – Nº 16.903. Caderno de Domingo, NovaMulher.

(FÁVERI, 2014, P. 7). No caso da Folha de São Paulo, a jornalista introduz Steinem automaticamente com o título de “líder-feminista americana”, negando a possibilidade de apresentá-la como jornalista, por exemplo. Ainda que não tenha sido possível entrar em contato com Zioni para que pudesse ser perguntada a relação da mesma com os feminismos na época, ou sobre a experiência na editoração da Folha Feminina e Nova Mulher no ano de 1975, podemos atentar ao fato de que há um esforço grande para divulgar dados a respeito das decisões da Conferência, entre divulgação de relatórios e principalmente sobre os temas relacionados ao trabalho, inclusive sobre outros países que não fossem o Brasil.

Ao final do ano de 1975 a editora da Folha Feminina e Nova Mulher, Cecília Zioni, escreve artigo fazendo um balanço do como foi e o que significou aquele ano para as mulheres, referenciando a ministra francesa Françoise Giroud³³. A primeira ministra mulher da França é mencionada outras vezes nas edições da Folha e possui grande destaque neste período, uma vez que a revista Veja em dezembro 1974 a entrevista em Paris por meio de um correspondente especial, o jornalista Pedro Cavalcanti (CRESCÊNCIO, 2012, p. 88) e também é mencionada na edição supracitada da revista Manchete (FÁVERI, 2014, P. 7).

No domingo do dia 28 de dezembro de 1975 com o título de “Palhaçada ou 1º passo”, Cecília Zioni começa citando Françoise Giroud que afirma que o Ano Internacional da Mulher terá sido “apenas uma palhaçada se seus resultados forem desviados sutilmente para as causas políticas nacionais e internacionais, por mais prementes, respeitáveis e nobres que estes objetivos possam ser, deixando a condição da mulher em 2º plano” (ZIONI, 1975, p. 31). Dando prosseguimento à reportagem, Zioni aponta que,

Esta foi a declaração que Françoise Giroud (a primeira mulher nomeada, em todo mundo, para tratar em nível de ministro de Estado, da Condição Feminina) da França, fez, logo depois da Conferência Internacional da Mulher, realizada na metade do ano no México. A declaração serve bem para encabeçar o que foi o AIM. Embora mais de 3 mil representantes de mais de 120 países (a maioria mulheres) tenham se reunido no México para, pela primeira vez depois da guerra mundial, tratar em nível mundial dos assuntos femininos, obviamente não se esperava – nem se espera agora – que a situação mude pura e simplesmente. Se o AIM não acusou ainda seus resultados – e no mínimo uma década será necessário para as modificações de

³³“Françoise Giroud nasceu na Suíça em 1916, militou ativamente contra a ocupação da França durante a 2ª Guerra, país onde construiu sua vida. Foi diretora da revista Elle e co-fundou o semanário L'Express. Foi secretária de estado do Governo de Jacques Chirac. Publicou biografias de mulheres famosas como: Lou Salomé, Cosima Wagner, Marie Curie e Alma Mahler. Faleceu em 2003.” (CRESCÊNCIO, 2012, P. 88).

comportamento e atitude esperadas – alguns benefícios já podem ser sentidos. Embora muitas vezes sob um clima comemorativo, muitos passos foram dados visando uma maior emancipação da mulher. No Brasil, por exemplo, várias mulheres foram aceitas em cargos antes não ocupados senão por homens – e em todas as cerimônias de posse, não faltou a menção de que essas nomeações eram uma “homenagem ao Ano Internacional da Mulher”. Foi o caso, por exemplo, da primeira mulher indicada para o cargo de procuradora geral do Estado de São Paulo, Ana Cândida Ferraz. Ou o da primeira mulher a ser aprovada em concurso para cargo de delegada de polícia, em Londrina ela esperou quase 4 anos para poder assumir, ainda que interinamente, o cargo – Teresinha Cabistianí. Nesta edição com base em relatórios e comentários distribuídos pelos diversos departamentos da ONU, Organização das Nações Unidas, (que criou o Ano Internacional da Mulher) NOVAMULHER publica um levantamento do que foi o Ano, dos relatórios básicos apresentados a debate internacional sobre a mulher nas várias partes do mundo (traduzidos por Nidia Ramalho). E publicado, também, o Plano Decenal de Ação Mundial, elaborado ao final da conferência do AIM, contendo as recomendações para todos os programas nacionais, válidos para os próximos 10 anos. Aliás a ONU acaba de designar esta década como Década Internacional da Mulher: nos próximos 5 anos o Plano deverá ser implantado. Nos 5 anos seguintes será reavaliado e se for o caso, modificado de acordo com as novas necessidades. Esta informação foi dada pela secretária geral adjunta da ONU, Helvi Sipila, em sua recente (novembro) visita ao Brasil onde veio encerrar as comemorações do AIM, em Porto Alegre. [...] Nesta edição, também a Carta Proposta da Mulher Paulista, contribuição de São Paulo aos estudos que a ONU quis levantar neste Ano Internacional da Mulher. Agora, considerar as informações prestadas por todo mundo esperar pelas mudanças. (ZIONI, 1975, p. 31)

Figura 3: Palhaçada ou 1º passo.

Palhaçada ou 1.º passo

CECILIA ZIONI

"O Ano Internacional da Mulher terá sido apenas uma palhaçada se seus resultados forem desviados sutilmente para as causas políticas nacionais e internacionais, por mais prementes, respeitáveis e nobres que estes objetivos possam ser, deixando a condição da mulher em 2.º plano".

Esta foi a declaração que Françoise Giroud (a primeira mulher nomeada, em todo o mundo, para tratar, em nível de ministro de Estado, da Condição Feminina) da França, fez, logo depois da Conferência Internacional da Mulher, realizada na metade do ano no México.

A declaração serve bem para encabeçar o início deste balanço do que foi o AIM. Embora mais de 3 mil representantes de mais de 120 países (a maioria mulheres) tenham se reunido no México para, pela primeira vez depois da guerra mundial, tratar em nível mundial dos assuntos femininos, obviamente não se esperava — nem se espera agora — que a situação mude pura e simplesmente.

Se o AIM não acusou ainda seus resultados — e no mínimo uma década será necessário para as modificações de comportamento e atitude esperadas — alguns benefícios já podem ser sentidos.

Embora muitas vezes sob um clima comemorativo, muitos passos foram dados visando uma maior emancipação da mulher. No Brasil, por exemplo, várias mulheres foram aceitas em cargos antes não ocupados senão por homens — e em todas as cerimônias de posse, não faltou a menção de que essas nomeações eram uma "homenagem ao Ano Internacional da Mulher". Foi o caso, por exemplo, da primeira mulher indicada para o cargo de procuradora geral do Estado de São Paulo, Ana Cândida Ferraz. Ou o da primeira mulher a ser aprovada em concurso para o cargo de delegada de polícia, em Londrina — ela esperou quase 4 anos para poder assumir, ainda que interinamente, o cargo — Terezinha Cabistani.

Nesta edição, com base em relatórios e comentários distribuídos pelos diversos departamentos da ONU, Organização das Nações Unidas, (que criou o Ano Internacional da Mulher) NOVAMULHER publica um levantamento do que foi o Ano, dos relatórios básicos apresentados a debate in-

ternacional sobre a mulher nas várias partes do mundo (traduzidos por Nidia Ramalho). E publicado, também, o Plano Decenal de Ação Mundial, elaborado ao final da Conferência do AIM (realizada em junho/julho no México), contendo as recomendações para todos os programas nacionais, válidos para os próximos 10 anos.

Aliás, a ONU acaba de designar esta década como Década Internacional da Mulher; nos próximos 5 anos o Plano deverá ser implantado e, se for o caso, modificado de acordo com as novas necessidades. Esta informação foi dada pela secretária geral adjunta da ONU, Helvi Sipilä, em sua recente (novembro) visita ao Brasil, onde veio encerrar as comemorações do AIM, em Porto Alegre.

O Plano Decenal foi objeto de diversas discussões: nem sempre pareceu que as 3 mil delegadas estivessem de acordo com a diretriz básica da Conferência — a situação da mulher propriamente dita; a situação dos oprimidos em geral. Por isso, o temor indicado por Françoise Giroud de que a Conferência e o Ano pudessem perder toda a sua importância, tornando-se mais uma das diversas assembleias periodicamente realizadas, no mundo inteiro, sobre a paz mundial e a harmonia dos povos.

Repetindo Giroud, por mais necessários e nobres que esses objetivos possam ser, por mais urgentes que seu exame deva ser, não deverá ter sido a Conferência do México, nem a celebração do AIM o local e a hora certa para discutí-los. A situação da mulher é um assunto tão prioritário quanto o da fome do mundo. Se a mulher também passa fome já que ela significa metade da população mundial — nem por isso os dois assuntos devem ser misturados sob pena de um tirar do outro a força de concentração de estudo.

Nesta edição, também a Carta Proposta da Mulher Paulista, contribuição de São Paulo aos estudos que a ONU quis levantar neste Ano Internacional da Mulher.

Agora, considerar as informações prestadas por todo o mundo e esperar pelas mudanças.

Fonte: ZIONI, Cecília. Palhaçada ou 1º passo. Folha de São Paulo. São Paulo, 28 dez. 1975. p. 31. Disponível em:

<<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/12/28/2//4413223>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

A partir das considerações feitas pela jornalista, podemos observar uma retrospectiva que muitas das vezes seguem em tom irônico - assim como noutros recortes analisados anteriormente. A respeito das consequências do evento, a autora destaca o fato deste Ano Internacional da Mulher ter sido prolongado para uma Década inteira, onde a ideia é ocupar este espaço de tempo aplicando o Plano de Ação desenvolvido durante o evento no México. Este Plano de Ação, abordado no primeiro capítulo deste trabalho, figura a capa desta mesma edição da seção Nova Mulher, com a manchete “Plano de Ação altera a imagem feminina” trazendo as questões que o tal Plano discute. Um dos exemplos perceptíveis sobre o tom de ironia e até mesmo desacreditado das mudanças impulsionadas pelo AIM, é a parte do artigo em que a jornalista observa a demora de 4 anos para que a primeira mulher a ser aprovada para o cargo de delegada possa assumir seu cargo, de forma interina. Novamente, os posicionamentos são bastante críticos sobre as atitudes que seriam tomadas a seguir do ano de 1975, mas desta vez a jornalista encerra a matéria de forma diferente das expectativas iniciais: o “começar hoje, a começar por nós” torna-se “considerar as informações prestadas por todo mundo e esperar pelas mudanças” (ZIONI, 1975, p. 31)

Como indica o artigo acima a edição continuaria a tratar das questões relacionadas às mulheres no mercado de trabalho, seguindo a tendência da cobertura que ocorreu durante todo o ano igualmente publicando dados bastante específicos sobre relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas (ONU). À exemplo das Figuras 4 e 5, capas das edições a serem analisadas a seguir.

Figura 4: Capa da seção Nova Mulher do caderno Ilustrada, do Dia Mundial do Trabalho, quinta-feira, 1º de maio de 1975.

Quinta-feira, 1.º de maio de 1975

FOLHA DE S. PAULO

36

nova Mulher

Dia do Trabalho, feriado mundial, dia de pensar no panorama que se oferece às mulheres que, além das tarefas domésticas, pretendem exercer uma profissão. Para tratar do caso, um novo relatório da OIT, Organização Internacional do Trabalho.

Emancipação

Simone contra os estardalhaços

JERUSALEM (AP) — A escritora Simone de Beauvoir disse que "apesar de todo o estardalhaço que se faz a respeito do feminismo, os direitos da mulher nas últimas décadas experimentaram pouco progresso".

"Tem havido pequenas melhorias porém nenhuma de grande alcance e importância" disse a escritora francesa ao ser entrevistada por jornalistas em Jerusalém. Na sua opinião, as mulheres ainda preferem desempenhar o "protegido papel de donas-de-casa".

A escritora não concordou com certas opiniões feministas de que o homem poderá vir a ser um elemento supérfluo na natureza:

"Não me agradaria viver em um mundo só de mulheres, sem homens", disse Simone, que tem agora 60 anos de idade. Ela escreveu os célebres livros Os Mandarins e O Segundo Sexo.

Também criticou a sociedade moderna por condenar os anciãos ao ostracismo. "Uma das grandes falhas da sociedade está em abandonar os velhos como se fossem garrafas vazias ou papéis usados", disse.

Simone de Beauvoir está em Israel para receber o prêmio que recebeu, recentemente, do governo desse país, o Prêmio Jerusalém de Literatura.

Lançamentos

O que a OIT pensa das condições de trabalho da mulher

Hoje é o Dia do Trabalho e como este é o Ano Internacional da Mulher, é bom que se fale sobre o trabalho da mulher. Segundo a OIT, Organização Internacional do Trabalho, órgão da ONU, que está promovendo o Ano Internacional, "o mundo do trabalho continua sendo dominado pelos homens e as mulheres pagam as consequências de pertencer ao sexo frágil". Esta foi a conclusão a que chegou um relatório da OIT sobre "As trabalhadoras em um mundo em evolução".

Segundo a OIT, o relatório é uma "enérgica advertência contra a discriminação no mercado de trabalho. Considerando os progressos obtidos durante o último decênio, quando a Organização havia publicado um primeiro relatório desse tipo, pode-se observar que as mulheres ainda devem per fazer um longo caminho antes de alcançar a igualdade de oportunidades

de trabalho; a falta de oportunidades de promoção e carreira e principalmente a aplicação defeituosa e parcial do princípio de salário igual por trabalho de igual valor".

Como ressalta a OIT: "parece que nas sociedades dominadas pelo homem, o trabalho feminino se considera, sem razão, como de valor inferior ao masculino".

O único fator constante e universal continua sendo o biológico; continua a OIT. A função social de reprodução que cabe à mulher deve ser protegida plenamente: o problema fundamental para a mulher trabalhadora é conciliar seu papel familiar e doméstico com as exigências do seu emprego.

Na América Latina, a proteção da maternidade está organizada como um setor da Previdência Social e ampara a todas as mulheres que trabalham como empregadas. As



Em todo o mundo, o fardo biológico da mulher, encarregada da reprodução, deve ser protegido, sem carregar seu fardo ao trabalho.



Tecnologia moderna substitui a força muscular pela capacitação mental, no potencial de trabalho. O que deve eliminar a discriminação no mercado de empregos.

Fonte: O QUE a OIT pensa das condições de trabalho da mulher. Folha de São Paulo. São Paulo, 01 maio 1975. Nova Mulher, p. 36-36. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/05/01/21//4361941>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

Novamente, a fonte proposta para análise possui muitos vieses e recortes são precisos, atentando para o parágrafo que introduz esta edição da Nova Mulher.

Dia do Trabalho, feriado mundial, dia de pensar no panorama que se oferece às mulheres que, além das tarefas domésticas, pretendem exercer uma profissão. Para tratar do caso, um novo relatório da OIT, Organização Internacional do Trabalho. (FOLHA, 1975, p.1)

E para o primeiro parágrafo da matéria “O que a OIT pensa das condições de trabalho da mulher”:

Hoje é Dia do Trabalho e como este é o Ano Internacional da Mulher, é bom que se fale sobre o trabalho da mulher. Segundo a OIT, Organização Internacional do Trabalho, órgão da ONU, que está promovendo o Ano Internacional, “o mundo do trabalho continua sendo dominado pelos homens e as mulheres pagam as consequências de pertencer ao sexo frágil”. Esta foi a conclusão a que chegou um relatório da OIT sobre “As trabalhadoras de um mundo em evolução”. (FOLHA, 1975, p.1).

A partir destas afirmações feitas na matéria, podemos notar para quem estas publicações são destinadas, uma vez que partem da ideia de que o trabalho, não considerado o doméstico, é uma questão muito recente na vida das mulheres. Mas precisamos nos perguntar: o trabalho é novidade para quais mulheres?

Figura 5: “O grande e desprezado valor do trabalho da dona-de-casa”: capa da Folha Feminina do dia 2 de fevereiro de 1975.



FOLHA
FOLHA DE S. PAULO
São Paulo, domingo, 2 de fevereiro de 1975

Feminina

Editora: Cecília Zioni — Redação: Ana Maria B. Tahan, Erica Knopp, Helô Machado, Ivo Zanini, Sílvia Salom. Secretária: Vicentina Imperatrice. Tradução: Nydia N. Romalho e Lucia M. Neves. Fotos: Nelson Elias, Falcão Salafil. Diagramação: Sídelei Oliveira Brito, João Marcos Pereira.

Há em São Paulo 1 milhão e 400 mil pessoas que trabalham mais de 14 horas por dia, sem direito à folga semanal, sem direito a férias remuneradas ou gozadas, sem direito a Fundo de Garantia, sem direito a aposentadorias. O trabalho dessas 1 milhão e 400 mil pessoas que não recebem, também, salário de qualquer espécie pode ser avaliado em pouco mais de 5 bilhões de cruzeiros mensais. Um dinheiro que elas não chegam a sentir que ganharam ou pouparam porque, pelo menos, não chegam a ter tempo para pensar nisso. Estas 1 milhão e 400 mil pessoas são as donas-de-casa, por quem pelo menos se deve providenciar, agora, uma forma especial de aposentadoria.

O grande e desprezado valor do trabalho da dona-de-casa

CECILIA ZIONI

Uma babá ganha, por mês, cerca de Cr\$ 800,00 para cuidar de 2 ou 3 crianças. Uma cozinheira recebe Cr\$ 600,00 mensais para cozinhar o chamado forno-e-fogão ou trivial variado para uma família de 5 ou 6 pessoas.

Uma arrumadeira tem salário de Cr\$ 300 a 400 mensais para cuidar da casa dessa família.

Se a mãe dessa família não fizer trabalho algum de supervisão, vai contratar também uma governanta, cujo salário não será menor do que Cr\$ 1.200,00.

Os serviços de transporte do pessoal da casa e de compras, feitos por um motorista que também levará o marido para o trabalho e o irá buscar de volta à tardinha, significarão mais Cr\$ 800,00 mensais, em média.

Com isso, se a dona-de-casa de uma família típica paulista de hoje for substituída por todas as pessoas que fazem o mesmo trabalho que ela desempenha sozinha, a família terá que arcar, no mínimo, com uma despesa de Cr\$ 3.600. Isso, sem contar todos os encargos fiscais (INPS de domésticos agora devidos), e sem outras despesas de divertimentos que a família tem a partir da mãe. E que não são facilmente identificados para efeito de remuneração.

Além das funções de provedora da casa, a mãe de família atende o marido, também no que se refere a divertimentos e



O deputado alegou na ocasião que a Lei Orgânica da Previdência Social, de 1960, garantia aos segurados com 30 anos de serviço a sua aposentadoria, recebendo 80% do salário, mais 4% por ano a mais do que eles trabalhassem, até chegarem à aposentadoria integral.

Além disso, Adhemar Guspi argumentava que, pela Constituição de 1967, as mulheres poderiam se aposentar, recebendo salário integral, depois de 30 anos, e, com a diminuição do prazo para a aposentadoria, impunha-se a adaptação do artigo 32 da Lei Orgânica da Previdência Social a essa nova situação, reduzindo, portanto, para 25 anos a aposentadoria com 80% dos vencimentos.

No seu projeto, o deputado Guspi dizia — “A lei 5.440-A, de 23 de maio de 1966, ao regulamentar o dispositivo constitucional que reduziu o prazo para a aposentadoria das mulheres, fez-o somente com relação ao afastamento com proventos integrais, deixando de considerar o afastamento antecedido, com 80% do salário, ainda agora permitido aos segurados do sexo masculino”.

Ainda segundo o mesmo deputado, a concessão feita às mulheres estaria sendo burlada se a previdência por ele requerida não fosse aprovada e executada.

Se no mês de maio de 1971 o projeto do deputado Guspi foi rejeitado, em julho novo projeto do mesmo sentido — a da aposentadoria antecipada das mulheres — foi apresentado pelo deputado Marcos Freire.

O parlamentar pernambucano seguiu a mesma linha de argumentação de Adhemar Guspi, com ligeiras modificações.

Logo após a apresentação do segundo projeto, o Ministério do Trabalho fez ouvir sua posição a respeito do assunto: era contrário a proposições desse tipo, “pois o país não pode, na atual fase de esforço integral pelo desenvolvimento (julho de 1971), abrir mão de uma força produtiva necessária”.

Mais uma vez, em abril de 1974, o projeto que permitiria a aposentadoria antecipada das mulheres, com 80% dos salários, foi declarado inconstitucional. Desta vez, a decisão partiu da Comissão de Cons-

Fonte: ZIONI, Cecília. O grande e desprezado valor do trabalho da dona-de-casa. Folha de São Paulo. São Paulo, 02 fev. 1975. Folha Feminina, p. 1-4. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/02/02/388//4428601>>. Acesso em: 10 maio 2017.

Para conduzir a análise da fonte anterior, complemento com esta edição de fevereiro da Folha Feminina atentando ao título “O grande e desprezado valor do trabalho e da dona-de-casa” e a introdução citada a seguir.

Há em São Paulo 1 milhão e 400 mil pessoas que trabalham mais de 14 horas por dia, sem direito à folga semanal, sem direito a férias remuneradas ou gozadas, sem direito a Fundo de Garantia, sem direito a aposentadorias. O trabalho dessas 1 milhão e 400 mil pessoas que não recebem, também, salário de qualquer espécie pode ser avaliado em pouco mais de 5 bilhões de cruzeiros mensais. Um dinheiro que elas não chegam a sentir que ganharam ou pouparam porque, pelo menos, não chegam a ter tempo para pensar nisso. Estas 1 milhão e 400 mil pessoas são as donas-de-casa, por quem pelo menos se deve providenciar, agora, uma forma especial de aposentadoria. (FOLHA, 1975, p.1)

Nesta edição da Folha Feminina, questões sobre o trabalho doméstico são colocadas em destaque. Desde a apresentação com uma ilustração impactante, pelo título que já o introduz como um grande trabalho cujo valor é desprezado e com a introdução à matéria, que expõe de forma crítica a forma que o trabalho doméstico era considerado: sem nenhuma consideração ou direitos trabalhistas pelo esforço. Soraia Carolina de Mello analisa em sua dissertação de mestrado³⁴ que:

O fato do trabalho doméstico ser uma função designada em diferentes sociedades como exclusivamente ou primordialmente feminina não é novidade para ninguém. Não são necessários dados estatísticos ou bibliografia de referência no assunto para saber que esse trabalho, que na maioria das vezes não é reconhecido como trabalho, é “coisa de mulher”. E essa relação entre mulheres e trabalho doméstico, ainda que afirmada pelos feminismos e pelos estudos de gênero como culturalmente construída, tem seu principal aporte na idéia da naturalização dessas funções. A família e em especial a maternidade se mostram como as principais legitimadoras de tal relação, que traz em si o peso de séculos de reafirmação de que “ser mulher” é ter cuidado, reclusão, dedicação, paciência; é se voltar para a esfera privada, é ser esposa e ser mãe. A naturalização do trabalho doméstico como função feminina se insere em um grupo de ideias a respeito de relações sociais e morais que são comumente identificadas como conservadoras ou tradicionais, e que os feminismos, em especial os de Segunda Onda, relacionavam diretamente ao domínio patriarcal. (MELLO, 2010, p. 29).

A partir desta citação é possível enxergar as críticas feitas pelo editorial da edição da Folha Feminina tratada anteriormente, onde o trabalho doméstico não é visto pela sociedade como trabalho da forma que é “aceita” e sim como uma obrigação das mulheres. O discurso veiculado pelo jornal corrobora com as críticas feministas do

³⁴MELLO, Soraia Carolina de. “Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul: problematizando o trabalho doméstico (1970 – 1989)”. Florianópolis, 2010.

momento da publicação onde as discussões sobre os papéis atribuídos às mulheres se tornavam maiores devido ao Ano Internacional da Mulher.

Estes recortes têm como propósito mostrar os padrões do jornal ao tratar do tema trabalho para as mulheres, que, muitas vezes foram discutindo relatórios internacionais sobre o trabalho feminino com números, porcentagens entre relatos de ascensões e introdução de mulheres no mercado de trabalho. Noutras vezes, existem discussões acerca do trabalho doméstico, como é exemplificado na citação anterior. O conteúdo da Folha de São Paulo, como já comentado no início deste capítulo, se destina a um público alvo e é possível confirmar a partir destes recortes que este público é quase sempre o de classe média. Uma vez que os temas tanto dos recortes observados acima, quanto aos encontrados nos levantamentos feitos anteriormente, se mostram com esta característica.

O Ano Internacional da Mulher aparece nas páginas da Folha de São Paulo principalmente nos cadernos destinados aos assuntos femininos. O evento é noticiado, quase sempre evocando questões como feminismo, emancipação feminina, trabalho, educação para mulheres entre outras discussões relacionadas aos relatórios da ONU para o AIM. Além dos recortes trabalhados anteriormente, a seguir, faço um pequeno resumo das inúmeras fontes encontradas nesta pesquisa e que trazem respostas à questão-problema proposta inicialmente.

Na edição do dia 9 de janeiro de 1975, da seção Nova Mulher do caderno Ilustrada (Ano LV – Nº 16739), na organização da seção a categoria "Trabalho" com título "Mulheres ganham menos" ganha espaço. Uma extensa matéria é feita com base nos relatórios da OIT preparados para o evento do Ano Internacional da Mulher, repletos de estatísticas que comprovam este fato. Além das estatísticas, o jornal traz debates a respeito dos lugares em que as leis mudaram, mas na prática a mudança não foi concretizada. Ainda nesta edição, há uma reportagem que completa a série de três outras, sobre a "A saúde do homem amado", nas páginas da "Nova Mulher". Ainda sobre saúde, é veiculada uma matéria com o título "ONU recomenda mais amor em vez de sexo". Resumidamente, a Organização Mundial da Saúde (OMS), sugere que a medicina moderna conhece mais sobre anatomia do sexo do que de problemas humanos. E que "conhecimentos sobre a reprodução e concepção não são não fornecem treinamento necessário para lidar com problemas sexuais". Concluem que a sexualidade humana é ensinada de forma inadequada na maioria de escolas de medicina e

enfermagem. Estudantes muitas vezes são criados em culturas que evitam o confronto direto com a sexualidade, atos sexuais são referidos por sugestões indiretas levando ao profissional culpar o paciente pelo problema ou enfatizar qualquer disfunção orgânica e evitar qualquer referência aos sentimentos.

Na edição do dia 06 de abril de 1975, na Folha Feminina (Ano LV -Nº 16.826), com a capa “A Justiça e suas leis para proteger e igualar a mulher”, seguindo a nomenclatura existente em outras edições, as divisões de matérias trazem categorias como “Escola” e nesta categoria a manchete “Por que a menina não vai à aula?” desenvolvendo a temática da discriminação contra as mulheres. Dando ênfase aos números divulgados sobre as taxas de analfabetismo, a matéria mostra que a maioria dos analfabetos são mulheres e a procura masculina por matrículas, entre os adultos, é maior devido aos fatores de horários noturnos, tarefas domésticas, matrimônio com pouca idade, atividades antiquadas, frequência escolar e aos fatores econômicos que influenciam.

Ainda nesta edição, a Folha Feminina trata do tema “Família” com o título “No casamento, a submissão” trazendo a imagem de um casal durante cerimônia de casamento, com a legenda: “O casamento menos precoce, mais consciente.” A matéria, fala da tradicional cerimônia católica que é o casamento e declara que mesmo durante a união perante a Deus a mulher sai em desvantagem, trazendo o exemplo da tradicional leitura durante a cerimônia da carta do apóstolo Paulo aos Efesos (5,22-23) que diz: “As mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador”. O tema “Trabalho” também é explorado com o título da matéria “Hoje: 510 milhões Ano 2000: 840 milhões”. A matéria fala sobre a força mundial do trabalho feminino com emprego remunerado demonstrando números e estatísticas sobre a emancipação da mulher no trabalho pelo mundo. Fechando a edição: “1975, ano para todos: não o problema-mulher, mas o problema-social” traz como matéria principal a conferência e a problematização das questões do gênero feminino como questão social e não “problema de mulher”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da escrita deste trabalho, procurei entender e responder à pergunta-problema de como o Ano Internacional da Mulher foi noticiado no jornal Folha de São Paulo e quais as outras temáticas vieram juntas ao decreto da ONU. Para que fosse possível tentar responder à estas perguntas, foi analisado o contexto histórico que impulsionou a decisão da ONU, em declarar o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, além de explorar o evento mundial que ocorreu entre os meses de junho e julho na cidade do México para debater a nível internacional as questões pertinentes ao sexo feminino e as questões acerca dos feminismos brasileiros e o ano de 1975, para que se entenda a importância na pesquisa do objetivo inicial.

No intento de responder o objetivo inicial, foi preciso após contextualizar historicamente o momento, levantar os dados presentes no Acervo Online da Folha de São Paulo a partir principalmente de palavras-chave como “feminismo” e “Ano Internacional da Mulher” entre o primeiro e o último dia do ano de 1975 em todos os cadernos. A partir desta metodologia de pesquisa foram encontradas 28 ocorrências para “feminismo” e 185 ocorrências para “Ano Internacional da Mulher”. Esta ferramenta me trouxe inúmeras facilidades devido à abundância e riqueza de fontes encontradas e ao mesmo tempo, trouxe dúvidas enormes quanto à centralização deste material devido ao grande volume.

As dificuldades em trabalhar com as fontes encontradas no levantamento de dados feito no Acervo Online se deu principalmente devido a questão anteriormente relatada sobre o número expressivo de ocorrências. Procurei utilizar neste trabalho a metodologia de análise de jornais sistematizada por Tânia Regina de Luca, focando nas perguntas a respeito da origem, a quem se destina, como é organizado internamente, quais as linhas editoriais o grupo possui e centralizando o foco de análise para o que meu objetivo propõe, que neste caso seria o de analisar a partir do viés da história das mulheres. Ainda assim, enfrentei dificuldades quanto ao que deveria ser explorado ou como escolher o que seria mais “importante” de ser abordado. Enfrentando esta insegurança pontual, busquei analisar questões que eram mais frequentes no levantamento, sincronizando a maior frequência dos dados por temática. Ainda nesta questão das dificuldades acerca da análise das fontes, acredito que outras perguntas

surgiriam e muitas outras buscariam ser respondidas se a possibilidade de entrar em contato com a jornalista Cecília Zioni para que fossem perguntadas questões a respeito da produção deste jornal e da relação da editora com a temática feminista, tivesse sido concretizada.

Inicialmente, havia a ideia de trabalhar somente com o caderno Folha Feminina. Foi partir do levantamento das fontes no acervo online da Folha de São Paulo que algumas expectativas foram tomando forma. As questões acerca deste caderno eram variadas, começando pela periodicidade na publicação deste caderno que desde 1960 ocorria todos os domingos e no ano de 1975 é reduzida até não ser mais publicada. Minha hipótese inicial era a de que o caderno atribuído às questões femininas fora simplesmente ignorado no próprio AIM quando se mostra em algumas edições debates acerca de questões consideradas polêmicas, inclusive nos dias atuais – e então as inúmeras dúvidas sobre as razões para este fato. Não totalmente errada, mas equivocada, minha hipótese não se confirmou devido ao fato da descoberta a partir do trabalho de pesquisa em que foram encontrados a seção “Nova Mulher” descrita no jornal em 1974 como a edição semanal da Folha Feminina. Esta seção encontrada no caderno Ilustrada era publicada com periodicidade diária, sendo, diferentemente das minhas expectativas iniciais, o lugar em que mais se encontrou o que estava sendo procurado neste jornal e voltando a minha análise não somente para a FF e sim observando a edição completa, tal como sua organização, de forma mais abrangente.

Algumas questões foram confirmadas a partir da produção desta escrita, como é o exemplo dos desníveis entre as narrativas do jornal. A partir dos dados levantados, foi possível perceber que mesmo possuindo em seu conteúdo algumas temáticas consideradas mais “avançadas”, os temas “Moda” e “Culinária” ainda aparecem como grande destaque na Folha Feminina que, exemplifica muito do que foi analisado também pela Nova Mulher, que até estampada como “Nova” ainda veiculava velhas molduras pintadas com cores frescas, através das propagandas recorrentes de depilação definitiva, cinta térmica e eletrodomésticos, alguns exemplos de publicidade presentes nestas seções. A partir destes desníveis percebidos na pesquisa, procurei observar esta questão a partir do levantamento feito em números e sistematizado na Tabela 3. Procurei ainda sobre esta questão, analisar as diversas mudanças nos espaços destinados ao público feminino no jornal, onde se mudam os nomes e as frequências de publicação

sem grande comprometimento no modo de organização do jornal, alterando várias vezes o nome do caderno a ser publicado e a periodicidade.

Muitos debates e autoras foram valiosos para que fosse possível a construção deste trabalho, destaco aqui os debates primordiais a respeito da história dos Feminismos de “Segunda Onda” trazidos por diversas autoras. Ressalto que muito da bibliografia base utilizada neste trabalho foi também produzida a partir das pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Estudos de Gênero História da UFSC, à exemplo dos trabalhos das historiadoras Cintia Lima Crescêncio, Soraia Carolina de Mello e Joana Maria Pedro e também no livro fruto de pesquisas desenvolvidas no LEGH e organizado pelas professoras Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro. Nos outros trabalhos que fundamentaram esta pesquisa, conto com diversos artigos publicados na Revista de Estudos Feministas da UFSC, entre outras bibliografias fundamentais para que o contexto histórico fosse possível foi o livro desenvolvido por Céli Regina Pinto. Ainda sobre bibliografias primordiais para o estudo do evento do Ano Internacional da Mulher destaco dois trabalhos importantíssimos para a possibilidade desta escrita, um deles desenvolvido pela internacionalista Maria Fernandez de Moura Ferro pela UFSC no ano de 2016, outro desenvolvido por Maria Angélica Breda Fontão pela UNB em 2011.

A importância deste trabalho se dá a partir de algumas questões, a primeira delas é a importância em fomentar histórias que digam respeito às mulheres, de priorizar narrativas e pesquisas sobre o que foi e o que é veiculado ao público feminino ao longo dos tempos. A segunda questão, já entendida como uma narrativa do campo da história das mulheres, se faz importante pela novidade em pesquisar o conteúdo voltado ao público feminino dentro da Folha de São Paulo, que pertencente aos grupos da grande imprensa foi considerado durante vários anos um dos jornais de maior circulação no país, contribui para a análise de como era trazida a temática do feminismo, por exemplo, para este público que lia o jornal? Busquei a partir da pesquisa desenvolvida neste trabalho, contribuir para uma história que incluía suas mulheres, no plural, e não a coloque numa categoria única e estática de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maira. **Nosotras: feminismo latino-americano em Paris**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 553-572, nov. 2013. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200007>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BORGES, Joana Vieira. **Para além do " tornar-se": ressonâncias das leituras feministas de O Segundo sexo no Brasil**. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90067>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. **Um jornal a serviço do Brasil? - A Folha de S. Paulo e as rearticulações dos discursos sobre censura e liberdade de expressão**. Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM, v. 1, n. 1, p. 161-171, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/121>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Estudos Feministas, Florianópolis, p. 37, jan. 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300004>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

COSTA, Albertina. **É viável o feminismo nos trópicos?** Resíduos de insatisfação — São Paulo, 1970. Cadernos de Pesquisa, n.66, ago. 1988. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1206/1212>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar**. In:_____. PEDRO, Maria Joana; WOLFF, Cristina Scheibe

(Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 175-190.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Veja o feminismo em páginas (re) viradas (1968-1989)**. 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96221>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

DANTAS, Audálio. **A mídia e o golpe militar**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 59-74, Abril, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2017.

FERRO, Maria Fernandez de Moura. **Política Externa e Temas Sociais: Uma análise da trajetória da posição do Brasil nas Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher**. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168555>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

FONTÃO, Maria Angélica Breda. **As conferências da ONU e o movimento de mulheres: construção de uma agenda internacional**. 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2403/1/2011_MariaAngelicaBredaFontao.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2017.

FRIEDAN, Betty. O problema sem nome. In: _____. *Mística Feminina*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1971.

GOLDBERG, Anette. **Tudo começou antes de 1975: Idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo ‘bom para o Brasil’**. In: *Relações Sociais de Gênero X Relações de Sexo*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero – USP, 1989.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. **Os direitos das mulheres no contexto internacional: Da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995)**. *Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery*, [s.i.], n. 8, jan/jun 2010. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br/artigos/MzUx.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

HEMMINGS, Clare. **Contando estórias feministas**. *Revista Estudos Feministas*, vol. 17, n. 1, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MELLO, Soraia Carolina de. **Feminismos de segunda onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1970 - 1989)**. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94435>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo: 1921-1981**. Impres, 1980.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, Franca, v.24, n.1, p.77-98, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 6 abr. 2017.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 249-272, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a11v2652.pdf>>. Acesso em 3 abr. 2017.

PEDRO, Joana Maria. **Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, n. 26.1, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/57>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **Enfim Sós: Brasil rumo a Pequim**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 198, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16935/15499>> . Acesso em: 11 jun. 2017.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35, jan. 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p. 63-95.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria de análise útil à análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99. jul./dez., 1995.

SILVA, Mariane da. **O Movimento Feminino pela Anistia: o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174730>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

SILVA, Vivian Souza Alves da. **Representação oficial e o movimento feminista brasileiro: Os fóruns internacionais sobre gênero da ONU e a atuação brasileira**. Anais do III SINAGI: gênero, sexualidades e movimentos sociais, Catalão, v. 1, n. 1, p.516-531, out. 2013. Disponível em: <https://dialogus.catalao.ufg.br/up/502/o/Anais_III_SINAGI_2013_13_01.pdf?1389650469> Acesso em: 3 de jun. 2017.

WOLFF, Cristina Scheibe; CRESCÊNCIO, Cintia Lima; PEDRO, Joana Maria. **Ondas, mitos e contradições: feminismos em tempos de ditaduras no Cone Sul**. In: ROCHA, Marcos Antônio Monte. Feminismos plurais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 53-70.

FONTES

A JUSTIÇA e suas leis para proteger e igualar a mulher. Folha de São Paulo. São Paulo, 06 abr. 1975. Folha Feminina, p. 49-51. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/04/06/388/>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

DINES, Alberto. Herzog, caso encerrado. Folha de São Paulo. São Paulo, 28 dez. 1975. Primeiro Caderno, p. 6-6. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/12/28/2/>>. Acesso em: 28 de maio 2017.

Mensagem pastoral é divulgada pela CNBB. Folha de São Paulo. São Paulo, 2 jan. 1975. Primeiro Caderno, Seção Nacional p. 3. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/01/02/2/>>. Acesso em: 26 de maio 2017.

NOVAMULHER. Folha de São Paulo. São Paulo, 09 jan. 1975. Nova Mulher, p. 36-36. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/01/09/21//4630872>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

O Ano Internacional da Mulher contra a discriminação do sexo. Folha de São Paulo. São Paulo, 05 jan. 1975. Folha Feminina, p. 1-4. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/01/05/388/>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

O QUE a OIT pensa das condições de trabalho da mulher. Folha de São Paulo. São Paulo, 01 maio 1975. Nova Mulher, p. 36-36. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/05/01/21//4361941>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

TOLEDO, Ruth. O Ano Internacional da Mulher: Os discursos e as primeiras reivindicações. Folha de São Paulo. Cidade do México, p. 53-54. 22 jun. 1975. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/06/22/390//4402600>>. Acesso em: 10 maio 2017.

ZIONI, Cecília. ANOTE: A explicação deste caderno. Folha de São Paulo. São Paulo, 06 abr. 1975. Folha Feminina, p. 50. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/04/06/388//4339218>>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

ZIONI, Cecília. O grande e desprezado valor do trabalho da dona-de-casa. Folha de São Paulo. São Paulo, 02 fev. 1975. Folha Feminina, p. 1-4. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/02/02/388//4428601>>. Acesso em: 10 maio 2017.

ZIONI, Cecília. Palhaçada ou 1º passo. Folha de São Paulo. São Paulo, 28 dez. 1975. p. 31. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/12/28/2//4413223>>. Acesso em: 10 jun. 2017.